

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 75

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 26 de abril de 2007

Parlamento avalia fechamento de escolas

Oposição vai fiscalizar ações e governistas apóiam Executivo

O Poder Legislativo discutiu os problemas da rede estadual de ensino, durante Grande Expediente Especial proposto pelos líderes do Governo e da Oposição, Isaltino Nascimento (PT) e Pedro Eurico (PSDB), respectivamente. O presidente da Casa, Guilherme Uchoa (PDT), abriu o debate e a presidente da Comissão de Educação, Teresa Leitão (PT), presidiu os trabalhos. "Coincidentemente, discutimos este tema durante a Semana Nacional em Defesa da Promoção da Educação Pública", destacou a petista.

O debate, realizado na tarde de ontem, foi moti-

vado após o Executivo baixar um decreto interditando 72 escolas, cujos tetos correm risco iminente de desabar. O secretário estadual de Educação, Danilo Cabral, compareceu ao evento e apresentou um diagnóstico completo das unidades de ensino. De acordo com Cabral, a atual administração não recebeu as informações necessárias sobre o setor no período de transição de Governo.

Desde o início do ano, segundo o secretário, os telhados de cinco escolas ruíram, além de existirem 275 unidades com problemas semelhantes, porém com menos riscos. A rede estadual possui 1.105

escolas. "A interdição foi baseada no laudo técnico da equipe de engenharia da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e pretende evitar futuros acidentes. Quando está em jogo a vida de um único aluno, servidor ou professor o governador não pode negligenciar. A decisão foi dura, mas necessária", afirmou.

O secretário informou que 68.089 estudantes ficarão sem aulas durante o período de recuperação que deve durar de 30 a 90 dias. "Serão necessários R\$ 7 milhões para os reparos. Imediatamente após o fim das obras, a Secretaria vai elaborar uma forma de repor as aulas", disse Cabral,

informando que, hoje, a Seduc avaliará as propostas de 15 empresas que se candidataram para executar as reformas. Cabral ressaltou que o Executivo autorizou a contratação imediata da empresa, tendo em vista a urgência. "São diversas as manifestações de solidariedade que temos recebido da sociedade", afirmou.

Isaltino Nascimento disse que um terço das escolas apresenta problemas na estrutura dos telhados. "Essa é apenas uma das deficiências. Quando se trata de falta de professores, laboratórios de informática, cadeiras, além de outras falhas herdadas da administração passada, a situa-



FERNANDO SILVA

EXPLICAÇÃO - Secretário Danilo Cabral (d) se pronunciou

ção é dramática", afirmou o líder governista. Pedro Eurico salientou que o Executivo teve mais de cem dias para diagnosticar as falhas e iniciar as obras, sem fechar as escolas. "A paralisação desestimulará os alunos. Acompanharemos de perto o andamento das reformas", frisou o líder da Oposição.

Os deputados governistas Sílvio Costa Filho (PMN), Alberto Feitosa (PR), Aglaílson Júnior (PSB), Isabel Cristina (PT), Esmeraldo

Santos (PR) e Ceça Ribeiro (PSB) apoiaram a decisão do governador Eduardo Campos (PSB). Os opositores Augusto Coutinho (DEM), Bringel e Terezinha Nunes, do PSDB, afirmaram ser "desnecessária" a interdição. Também acompanharam o debate líderes dos movimentos estudantis, de pais de alunos e de docentes, além de professores aprovados no último concurso do Estado, que cobraram a nomeação.

Leia mais na página 3

Prêmio

Alunos escrevem sobre o Legislativo

Com o objetivo de fortalecer a integração entre a sociedade e a Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), foi promovido, dentro da comemoração dos 172 anos da Casa, o 1º Concurso de Redação, cujo tema é *A importância do Poder Legislativo na sociedade*. O evento, realizado na tarde de ontem, na Escola do Legislativo (Elepe), foi proposto pela Mesa Diretora, por meio da Gerência de Arquivo e Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo, e recebeu o apoio da Assistência Legislativa e da Elepe. O concurso contou com a participação de 55 alunos de 11 escolas da rede estadual de ensino localizadas no entorno da Casa Joaquim Nabuco.



MOISÉS BARBOSA

GRUPO - Um total de 55 estudantes de 11 escolas participam

De acordo com a gerente do Arquivo, Cynthia Barreto, a expectativa é organizar um concurso a cada ano. "É importante que a população perceba que o Parlamento defende as questões relativas ao social,

à saúde e à educação", salientou. Segundo a educadora de apoio da Escola João Barbalho, Vera Marques, os estudantes aprovaram a experiência. "A partir do momento que eles são convidados a participar de

qualquer evento, principalmente de uma ação desse porte, sentem-se lisonjeados, honrados, incluídos socialmente", observou.

Os quesitos criatividade, ortografia, coerência e coesão textual serão avaliados por comissão composta por representantes do Arquivo e da Elepe. O prêmio será um computador (1º lugar), um Mp4 e um Pen Drive (2º lugar) e um Mp4 (3º lugar).

O resultado e a premiação serão realizados no dia 3 de maio, às 18 horas, na Alepe. Participarão do evento o presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), e demais parlamentares. O concurso foi patrocinado pelo Banco do Brasil e pelo Banco Real - ABN AMRO.

Tráfico de humanos



MOISÉS BARBOSA

O secretário de Direitos Humanos da cidade de São Paulo, José Gregori, foi recebido, ontem, pelo presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa (PDT). O objetivo da visita do ministro da Justiça no segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi trocar experiências relacionadas ao combate ao tráfico de órgãos e de seres humanos. Gregori foi convidado pelo 2º secretário, Raimundo Pimentel (PSDB), para conhecer o Legislativo Estadual. No encontro, o juiz titular da 3ª Vara da Infância e da Juventude, Humberto Vasconcelos, falou sobre o comitê criado em Pernambuco para tratar o problema. "É uma honra receber Gregori, uma referência em direitos humanos no País", declarou Uchoa. "O ex-ministro é respeitado internacionalmente", destacou Pimentel, que presidiu a CPI do Tráfico de Órgãos Humanos da AL, em 2003. A presidente da Comissão de Defesa da Cidadania da Alepe, deputada Terezinha Nunes (PSDB), também participou.

Cidadania promove audiência para avaliar estrutura das Polícias

Evento está marcado para o próximo dia 9, na Assembléia Legislativa

O aparelhamento policial usado no combate à violência em Pernambuco, as necessidades das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros, entre outros assuntos relacionados à segurança pública, serão abordados na audiência pública que acontecerá na Alepe, no próximo dia 9. A solicitação do deputado Alberto Feitosa (PR) foi acatada pela Comissão de Defesa da Cidadania. "Os índices mostram que a segurança pública é a maior necessidade da sociedade, chegando a 72% nas pesquisas de opinião", destacou Feitosa.

Juntamente com o deputado Eduardo Porto (PTdoB), Feitosa sugeriu a visita dos integrantes do colegiado a Bogotá, na Colômbia. O objetivo é conhecer o eficaz

método de combate à criminalidade adotado pela cidade. Antes disso, está marcado para o dia 22 de maio um encontro com o sociólogo e ex-secretário de Segurança Pública de Bogotá Hugo Acero. A reunião faz parte do calendário das atividades da Comissão de Defesa da Cidadania para este semestre.

A presidente do colegiado, deputada Terezinha Nunes (PSDB), aprovou a programação. Na reunião, ela lembrou que também está sendo feito um abaixo-assinado para solicitar ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que o Governo Federal assumira a Termopernambuco, permitindo, reduzir o valor cobrado na conta de energia.



MOISÉS BARBOSA

BOGOTÁ - Visita à cidade colombiana foi proposta, a fim de conhecer as ações de combate à criminalidade

Economia



RINALDO MARQUES

PREOCUPANTE - Pernambuco é o quarto Estado com a pior situação do País

Finanças quer analisar sistema previdenciário

O sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado será alvo de análise pela Comissão de Finanças da Alepe. O debate contará com a presença do presidente da Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado (Funape), Dácio Rossiter Filho. A discussão foi proposta pelo deputado Sílvio Costa Filho (PMN). Segundo ele, "Pernambuco é o quarto Es-

tado com a pior situação previdenciária do País".

O parlamentar ainda destacou que o Executivo faz um aporte mensal de R\$ 75 milhões para a previdência, com a previsão de que, se algo não for feito, o déficit do sistema chegue a R\$ 1,5 bilhão no ano de 2030. "Esse é um problema atual, mas referente às gerações futuras", alertou. Para o presidente da Comissão,

deputado Geraldo Coelho (PTB), o tema é importante e precisa ser avaliado.

O colegiado também distribuiu 13 projetos e aprovou o que ratifica o protocolo de intenções celebrado entre o Estado e os municípios do Recife e de Olinda, visando à criação do Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife (CTM).

Ressocialização

Porto elogia trabalho de Eraldo Bezerra

O trabalho do diretor Eraldo Bezerra à frente do Centro de Ressocialização do Agreste, localizado na cidade de Canhotinho, foi elogiado, ontem, pelo deputado Eduardo Porto (PTdoB). O parlamentar solicitou um Voto de Aplausos a Bezerra por sua atuação na penitenciária, que, hoje, é referência no Estado.

De acordo com Porto, o Centro sofria, até pouco tempo, dos mesmos problemas das outras unidades prisionais do País. "A unidade era considerada um tributo à impunidade pelos apenados. O que se via eram presidiários embriagados, assaltando e cometendo todo tipo de infrações", infor-

mou. O parlamentar destacou que Eraldo Bezerra foi conduzido ao posto, há cerca de um ano, e, desde então, conseguiu, "juntamente com o coeso trabalho de sua equipe", melhorar o cenário caótico.

"A instituição voltou a ter credibilidade no comércio local. Uma rígida disciplina com ações repressivas aos atos ilícitos foi implantada. Os funcionários e a população de Canhotinho e das cidades circunvizinhas reconhecem e aplaudem a atuação de Eraldo Bezerra, que devolveu a tranquilidade às famílias agrestinas", acrescentou o deputado, solicitando que a Casa dê conhecimento da homenagem ao secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Roldão Joaquim. "Ele precisa tomar conhecimento da eficiência desse profissional."



FERNANDO SILVA

CANHOTINHO - Medidas reduziram violência na cidade

Projeto normatiza suspensão de serviços

Administração Pública aprova matéria

Projetos relacionados à defesa da cidadania e dos direitos do consumidor foram destaque na reunião da Comissão de Administração. Uma das matérias aprovadas proíbe o corte do fornecimento de energia elétrica, água e telefone em vésperas de feriados e de finais de semana. A outra proposição assegura aos portadores de deficiência visual o direito de receber as faturas desses mesmos serviços em braile. A medida beneficia cerca de 350 mil deficientes visuais em Pernambuco.

O primeiro projeto, de iniciativa do deputado Antônio Figueirôa (PTB), visa evitar que os consumidores sejam prejudicados com a demora na reativação dos serviços. O desligamento ou interrupção só poderá ocorrer nos casos em que exista plantão 24 horas para a religação; se a ligação for fraudulenta; mediante cum-



MOISÉS BARBOSA

CONSUMIDOR - Parlamentares defenderam população

primeto de ordem judicial ou em caso de acidente que coloque em risco o patrimônio de terceiros, a segurança ou o bem-estar de pessoas.

A matéria de autoria do deputado Sílvio Costa Filho (PMN) tem por objetivo garantir acessibilidade aos portadores de deficiência visual. Para receber as contas impressas em braile, o usuário deve solicitar o

serviço à empresa concessionária. Para o presidente da Comissão, deputado Maviael Cavalcanti (DEM), "as medidas são instrumentos relevantes para a população".

O colegiado também distribuiu 12 proposições e aprovou mais três, uma delas trata da campanha continuada de repúdio aos crimes de violência contra a mulher.

Energia

Reunião com a Aneel desagrada tucana

Deputados da Assembléia acompanharam, na última terça-feira, a reunião da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília, na qual ficou definido o reajuste médio da tarifa de energia fornecida pela Celpe em 2,45%. A visita foi relatada, ontem, pela presidente da Comissão de Defesa da Cidadania da Alepe, Terezinha Nunes (PSDB). O presidente e o vice-presidente da Comissão Especial que vai apurar os reajustes tarifários e a qualidade dos serviços prestados pela Celpe, deputados Sérgio Leite (PT) e Luciano Moura (PCdoB), respectivamente, também participaram.

A tucana destacou que, durante a reunião, os integrantes da Agência assistiram "impassíveis" às considerações feitas pelos deputados estaduais e federais de Pernambuco e pelo representante do Governo do Estado e secretário de Recursos Hídricos, João Bosco de Almeida. "Parecia jogo de cartas marcadas. No início da reunião, o relator informou que o aumento aprovado para Pernambuco era de 0,79% para o consumidor residencial e 5,68% para as indústrias. A Celpe pede aumento de 16,92% para que a Aneel, anunciando 2,45%, demonstre que está benefi-



FERNANDO SILVA

TEREZINHA - Abaixo-assinado será enviado a Lula

ciando Pernambuco", salientou.

O Estado defendia que não houvesse reajuste ou que a conta fosse reduzida, como aconteceu com o Ceará. A deputada criticou a forma como o secretário João Bosco foi tratado. "Em nome do governador Eduardo Campos (PSB), o secretário solicitou que a Aneel adiasse, por 30 dias, a decisão sobre o aumento e que repassasse ao Governo as informações técnicas. A resposta que recebi foi que a Agência não concederia o prazo e que os documentos solicitados estavam disponibilizados na internet. Fiquei envergonhada com o descaso", afirmou.

Terezinha solicitou aos parlamentares empenho para conseguir apoio ao abaixo-

assinado que será encaminhado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), solicitando que os custos da Termopernambuco sejam assumidos pelo Sistema Nacional de Energia. "Temos até o dia 17 de maio para obter o maior número possível de assinaturas, a fim de chegar com força em Brasília", salientou.

A parlamentar também comemorou a informação apresentada pelos diretores da Aneel de que há possibilidade de a Termopernambuco ser incorporada ao sistema nacional. "Isso permitirá a diminuição da conta em mais de 15%, mas é preciso decisão do presidente, do Ministério das Minas e Energia ou de lei aprovada pelo Congresso", ponderou.

Educação

Teresa detalha ações previstas no PDE

Continuação da página 1

Os principais pontos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foram destacados, ontem à tarde, pela deputada Teresa Leitão (PT). A parlamentar citou a proposta de criar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que vai considerar o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar.

"Se fosse destacada hoje, a educação básica teria uma média aproximada de quatro pontos, numa escala que vai de zero a dez", avaliou, acrescentando que, nos próximos 15 anos, o Brasil terá que alcançar nota seis no IDEB, média apresentada nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo a deputada, o MEC pretende destinar cerca de R\$ 1 bilhão,



FERNANDO SILVA

IMPACTO - Qualidade

este ano, para recursos adicionais ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O objetivo é atender aos mil municípios com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

A petista destacou ainda a Provinha Brasil, que avaliará o nível de alfabetização das crianças e a informatização das escolas públicas, e o Programa Luz Para To-

dos, direcionado aos colégios que ainda não têm energia elétrica. No Ensino Superior, o ponto principal foi à ampliação ao acesso às universidades federais. "A meta é dobrar o número de vagas, que, hoje, é de 580 mil", declarou. Para a educação profissional, o PDE prevê a instalação de 150 escolas técnicas nas cidades-pólo, além da criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFET's).

O Programa Universidade Aberta vai implantar mil pólos de formação para professores de todo o País. O plano também prevê o piso salarial de R\$ 850,00 para os docentes da rede pública, mas os professores reivindicam R\$ 1.050,00 "A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) avalia que há espaços para negociação", salientou.

Governo Federal

Secretaria especial do Executivo recebe críticas

A criação da Secretaria Especial de Ações de Longo Prazo do Governo Federal foi criticada, ontem, pelo deputado Pedro Eurico (PSDB). De acordo com o parlamentar, o professor Roberto Mangabeira Unger assumirá a pasta que terá status de ministério, porém, antes de ocupar a função, ele terá que fazer retratação pública por ter escrito um texto, em 2005, classificando o Governo Lula "de o mais corrupto da história brasileira", disse.

De acordo com o tucano, esta é a primeira vez que um ministro terá que se re-

tratar. "Alguns ministros, como o do Supremo Tribunal Federal, são sabatinados antes de assumir o cargo", comentou, alegando não entender qual a função da nova Secretaria. "Quais serão os projetos e atribuições?", indagou.

Unger é professor de Direito da Universidade Harvard e um dos fundadores e vice-presidente do Partido Republicano Brasileiro (PRB). A Secretaria deverá abrigar o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Núcleo dos Assuntos Estratégicos (NAE).



FERNANDO SILVA

EURICO - Contestação

Destruição da Mata Uchôa volta ao debate

Comissão de Meio Ambiente constatou violação do ecossistema

No próximo dia 9, a Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alepe volta a discutir os problemas de desmatamento na Mata do Engenho Uchôa. A audiência pública foi agendada, ontem, pela presidente do colegiado, deputada Ceça Ribeiro (PSB). Os parlamentares visitaram o local, na semana passada, e verificaram a existência de uma cratera de 30 hectares na área. O problema teria sido causado por invasões e queimadas.

Outras ações também foram marcadas para o mês de maio. A primeira visita técnica será no dia 3. Os



PREJUÍZO - Uma cratera de 30 hectares na localidade

deputados irão até o Litoral Sul do Estado para acompanhar a instalação da Estação de Tratamento de Esgo-

to (ETE) de Tamandaré. No dia 18, o grupo segue para o município de Cachoeirinha, no Agreste, onde verificará

o despejo de resíduos sólidos no Rio Una.

O vice-presidente do colegiado, deputado Pedro Eurico (PSDB), solicitou ainda uma inspeção na cidade de Toritama, também no Agreste, para o dia 23, a fim de analisar as denúncias de queima descontrolada da lenha utilizada por lavanderias da região.

Eurico sugeriu a presença de representantes do Ibama, da Companhia Independente de Policiamento do Meio Ambiente (Cipoma), da Polícia Militar e do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE).

Credibilidade

Brasil avança na economia mundial

O avanço do Brasil na economia mundial, possível a partir de medidas como o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), foi citado durante o pronunciamento do deputado Geraldo Coelho (PTB). "A taxa manteve-se estável, em 19,75, durante quatro meses de 2005, e continua baixando. Atualmente, está em 12,5 e com tendência de novas reduções", observou.

O petebista lembrou, também, os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Antes, o País não os cumpria. Era um descrédito internacional, inflação alta e baixos investimentos. Tínhamos uma Nação vulnerável, mas, agora, pagamos ao FMI. O desenvolvimento social está acentuado, com melhor distribuição de renda e salário mínimo de US\$ 180,00", ressaltou.

Defendendo a privatização de empresas, Coelho falou sobre o histórico da Vale do Rio Doce, que, em 1977, foi privatizada e continua se afirmando no mercado. "O Brasil desperta muito interesse em investimentos externos, países como os



GERALDO - Medidas

Estados Unidos e Japão querem comprar o nosso conhecimento tecnológico. O Brasil domina 5% do comércio mundial de máquinas, a maior produção de laranja e é o segundo produtor de soja, além da exportação de outras frutas e carne bovina", frisou.

O crescimento e a valorização do turismo nacional também foi elogiado pelo parlamentar. "O Governo Federal tem contribuído com a queda da informalidade entre os pequenos empresários e o País tomará uma maior dimensão, a curto prazo, sobretudo devido aos grandes investimentos do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC)", salientou.

Negócios

Feira de Componentes Têxteis

A quarta edição da Comtex - Feira de Componentes Têxteis, que está sendo realizada em Caruaru, no Agreste, foi elogiada, ontem, pelo deputado Edson Vieira (PSDC). De acordo com o parlamentar, a expectativa é que sejam gerados cerca de R\$ 30 milhões em negócios. "O evento, que começou na última quarta-feira e vai até amanhã, deverá atrair mais de 200 expositores e um público de

14 mil pessoas", frisou.

Para Vieira, a feira é considerada uma das maiores do setor no Nordeste. "A Comtex se constitui, hoje, uma ferramenta estratégica para fomentar o mercado interno da indústria têxtil, contribuindo na atualização dos empresários e profissionais ligados à moda", observou, acrescentando que, além de produtos e tecnologia, o evento também oferecerá palestras



EDSON - Competitividade

com temas voltados às necessidades regionais.

O deputado informou que o Pólo de Confecção do Agreste congrega as cidades de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama, Caruaru e Surubim. "Juntas, as cidades reúnem cerca de 13 mil empresas e respondem por 73% da produção no setor pernambucano, gerando, anualmente, R\$ 1,7 bilhão em negócios", destacou.

Supermercado

Caruaru conquista unidade do Makro

O desenvolvimento da cidade de Caruaru foi destacado, ontem, pela deputada Miriam Lacerda (DEM). Um dos motivos para o pronunciamento da parlamentar foi a implantação de uma unidade da rede de supermercados Makro no município. "É a primeira iniciativa do grupo no Interior do Nordeste", ressaltou.

Segundo a democrata, o empreendimento gerará, em média, 250 empregos diretos. A loja contará com sete mil metros e será instalada numa área de 21 mil



ENTUSIASMO - Miriam

metros quadrados.

"A empresa está aplicando cerca de R\$ 5 milhões

em obras físicas. O projeto reafirma a explosão do crescimento econômico da Capital do Agreste, nos últimos anos, devido aos investimentos em infraestrutura proporcionados pelo poder público municipal", frisou. A inauguração da obra está prevista para o dia 14 de agosto.

Outro fator que levou Miriam ao Plenário foi a 4ª edição da Feira de Componentes Têxteis (Comtex), que teve início na quarta-feira, no Pólo Comercial de Caruaru. "No primeiro ano de realização, a Comtex

recebeu 4.100 pessoas e a participação de 40 expositores. Este ano, a estimativa de público é de 14 mil visitantes, entre confeccionistas, atacadistas, estilistas, profissionais de moda em geral", explicou.

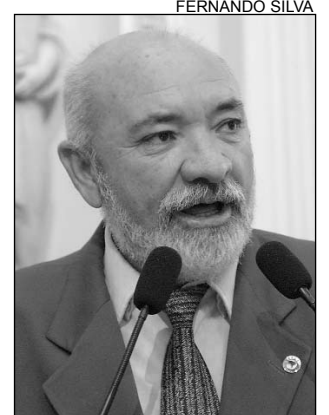
Cerca de 200 instituições e serviços ligados ao setor apresentarão os trabalhos. "Estamos recebendo visitantes de outros Estados nordestinos e de Minas Gerais". Pelas razões apresentadas, Miriam Lacerda solicitou um Voto de Congratulações para Caruaru.

Sangue

Meia-entrada para doador

Um projeto de lei para instituir o direito à meia-entrada (50% do valor cobrado pelo ingresso em eventos esportivos, culturais e de lazer) para os doadores de sangue foi defendido, ontem à tarde, pelo deputado Esmeraldo Santos (PR). "A iniciativa valoriza a vida e minimiza o sofrimento das pessoas que se encontram internadas nos hospitais à espera de doação", argumentou.

Segundo o parlamentar, a inexistência de investimentos em campanhas para conscientizar a sociedade de que, "um dia, cada pessoa pode estar na condição de receptor" ocasiona a falta de sangue na rede pública de saúde. "Acredito que seja



AUTORIA - Esmeraldo

uma forma de amenizar o problema. Mas é preciso fiscalizar a regularidade das doações, estimulando, assim, a população", alertou. O projeto foi distribuído, ontem, na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

Atos

ATO Nº 380/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 390767/07, do Deputado Isaltino Nascimento,

RESOLVE: exonerar RIVÂNIA MARIA LIMA QUEIROZ, do cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 25 de abril de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

ATO Nº 381/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 390767/07, do Deputado Isaltino Nascimento,

RESOLVE: nomear TAZIA AUXILIADORA DE BRITO, para o cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, atribuindo-lhe a gratificação de Representação de 60%(sessenta por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 25 de abril de 2007.

Deputado GUILHERME UCHOA
Presidente

Ordem do Dia

Quadragésima Primeira Reunião Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Sexta Legislatura, realizada em 26 de abril de 2007, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 128/2007
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 34/2007, de autoria do Deputado José Queiroz que institui o *Dia do Imigrante Italiano e de seus Descendentes no Estado de Pernambuco*, a ser comemorado anualmente no dia 2 de junho, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/4/2007

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 129/2007
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 45/2007, de autoria do Poder Executivo que modifica o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários - FASAF, de que trata a Lei nº 11.503, de 18 de dezembro de 1997, e alterações.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/4/2007

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 130/2007
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 75/2007, de autoria do Poder Executivo que altera a Lei nº 12.309, de 19 de dezembro de 2002, e alterações, que institui o Fundo Rodoviário, Ferroviário e Aquaviário de Pernambuco - FURPE, e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/4/2007

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 131/2007
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 76/2007, de autoria do Poder Executivo que inclui Programa e Ação no Plano Plurianual 2004/2007, abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007, em favor da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE, no valor de hum milhão, quinhentos e cinco mil e oitocentos reais e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/4/2007

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 132/2007
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 77/2007, de autoria do Poder Executivo que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007, em favor da Secretaria de Planejamento no valor de vinte milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/4/2007

Discussão Única do Parecer de Redação Final nº 133/2007
Autora: Comissão de Redação de Leis

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 79/2007, de autoria do Poder Executivo que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007, em favor da em favor do Tribunal de Justiça no valor de onze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 26/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 818/2007
Autor: Dep. Eduardo Porto

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário das Cidades no sentido de rever a construção da Vila Popular no município do Jaboatão dos Guararapes, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 819/2007
Autor: Dep. Ricardo Teobaldo

Apelo ao Governador do Estado e ao Diretor Geral do DER/PE objetivando a reconstrução da antiga ponte na Avenida Capibaribe e o asfaltamento da Avenida Capibaribe à PE 95, no município de Limoeiro, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 820/2007
Autor: Dep. Ricardo Teobaldo

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde objetivando uma visita do Programa Saúde na Feira no município de Limoeiro, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 821/2007
Autor: Dep. Ricardo Teobaldo

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Educação e ao Secretário de Esportes objetivando a construção de uma quadra de

esportes no Colégio Austro Costa no município de Limoeiro, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 822/2007
Autor: Dep. Ricardo Teobaldo

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Administração objetivando a instalação de uma unidade do Expresso Cidadão no município de Limoeiro, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 823/2007
Autor: Dep. Elias Lira

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes no sentido de autorizarem o envio de Patrulha Mecanizada a Chã Grande, a fim de realizar serviços de piçarramento nas estradas vicinais que ligam a zona rural a sede do município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 824/2007
Autor: Dep. Elias Lira

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes no sentido de autorizarem o envio de Patrulha Mecanizada a Vitória de Santo Antão, a fim de realizar serviços de piçarramento nas estradas vicinais que ligam a zona rural a sede do município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 825/2007
Autor: Dep. Elias Lira

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes no sentido de autorizarem o envio de Patrulha Mecanizada a Glória do Goitá, a fim de realizar serviços de piçarramento nas estradas vicinais que ligam a zona rural a sede do município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 826/2007
Autor: Dep. Elias Lira

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes no sentido de autorizarem o envio de Patrulha Mecanizada a Chã de Alegria, a fim de realizar serviços de piçarramento nas estradas vicinais que ligam a zona rural a sede do município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 827/2007
Autor: Dep. Elias Lira

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes no sentido de autorizarem o envio de Patrulha Mecanizada a Pombos, a fim de realizar serviços de piçarramento nas estradas vicinais que ligam a zona rural a sede do município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 828/2007
Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania e ao Diretor do PROCON objetivando a implantação de uma Agência do Procon no município de Santa Cruz do Capibaribe, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 829/2007
Autor: Dep. Antônio Figueirôa

Apelo ao Ministro de Estado de Esporte, ao Governador do Estado e ao Secretário de Esportes em parceria com o Governo Municipal de Santa Cruz do Capibaribe no sentido de alocar recursos financeiros para a construção do alambrado e colocação de refletores no Estádio Municipal Jaime de Oliveira, no município de Santa Cruz do Capibaribe, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única da Indicação nº 830/2007
Autor: Dep. Esmeraldo Santos

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária no sentido de autorizar a inclusão da Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Riacho do Peixe, localizada em Agrestina, no Programa Leite de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única do Requerimento nº 364/2007
Autor: Dep. Eduardo Porto

Voto de Pesar pelo falecimento do jovem Kléber Castanha Alves Leite, ocorrido em 14 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única do Requerimento nº 365/2007
Autor: Dep. Eduardo Porto

Voto de Aplauso ao Delegado Dr. Otacílio Fernando Lyra Falcão pela sua atuação em defesa da segurança da população.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única do Requerimento nº 366/2007
Autor: Dep. Eduardo Porto

Voto de Aplauso a Delegada Dra. Ivonete Maria da Silva e sua equipe, empreendendo ações relevantes no combate a criminalidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única do Requerimento nº 367/2007
Autor: Dep. Eduardo Porto

Voto de Aplauso ao Delegado Dr. Roberto Geraldo Pereira e equipe pela atuação em defesa da segurança da população.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única do Requerimento nº 368/2007
Autor: Dep. Eduardo Porto

Voto de Aplauso ao Delegado Dr. Newson Motta da Costa Júnior pela sua atuação em defesa da segurança da população.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única do Requerimento nº 369/2007
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Solicita que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo intitulado: *Tiraram nosso tapume*, de autoria do escritor e publicitário Joca de Souza Leão, publicado no Jornal do Commercio em 21 de abril do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Discussão Única do Requerimento nº 370/2007
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria Regina Carneiro de Novaes, ocorrido recentemente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 25/4/2007

Ata

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2007.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Deputados Guilherme Uchôa, Ciro Coelho e Raimundo Pimentel.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de 2007 (dois mil e sete), às 14 (quatorze) horas e 30 (trinta) minutos, com a presença inicial dos Deputados Aglailson Júnior, Airinho de Sá Carvalho, Alberto Feitosa, André Campos, Antônio Figueirôa, Antônio Moraes, Augusto César Filho, Augusto Coutinho, Barreto, Bringel, Carla Lapa, Carlos Santana, Ciro Coelho, Claudiano Martins, Clodoaldo Magalhães, Coronel José Alves, Edson Vieira, Eduardo Porto, Elias Lira, Elina Carneiro, Eriberto Medeiros, Esmeraldo Santos, Geraldo Coêlho, Guilherme Uchôa, Henrique Queiroz, Isabel Cristina, Isaltino Nascimento, João Fernando Coutinho, José Queiroz, Lourival Simões, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Mavieal Cavalcanti, Miriam Lacerda, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Romário Dias, Sebastião Rufino e Sílvio Costa Filho. Justificaram suas ausências os Deputados Ceça Ribeiro, Everaldo Cabral, Izaías Régis, Luciano Moura, Sérgio Leite, Soldado Moisés, Teresa Leitão e Terezinha Nunes. Encontrando-se licenciado o Deputado João Negromonte. Constatando o quorum regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro-Secretário e de Segundo-Secretário os Deputados João Fernando Coutinho e Raimundo Pimentel. Lida, é aprovada a Ata da reunião anterior. Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Primeiro-Secretário, que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o Senhor Presidente envia o mesmo à publicação. No horário reservado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna a Deputada Elina Carneiro para em breves palavras tecer alguns comentários a respeito de projeto de emancipação do distrito de Cavaleiro. Com a palavra o Deputado Edson Vieira, que em sua oratória vem informar que participou de reunião no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco (DER/PE) com a presença de diversas autoridades, onde foi tratada a regulamentação do transporte alternativo do interior do Estado. Logo após, usa a tribuna o Deputado Antônio Figueirôa para em seu pronunciamento discorrer acerca de proposição de sua autoria, solicitando a presença de um técnico nas escolas públicas do Estado a fim de averiguar possíveis avarias nas mesmas. Com a palavra o Deputado Henrique Queiroz, que vem parabenizar a Rede Globo pelos seus trinta e cinco anos de Nordeste. Segue-se na tribuna o Deputado Antônio Moraes, para em sua fala apresentar projeto de Lei de sua autoria obrigando os hospitais públicos a colocar a relação dos médicos de plantão com as dívidas especialidades nas entradas das citadas unidades hospitalares. Finalmente usa da palavra o Deputado José Queiroz, último orador inscrito, que vem fazer uma explanação sobre a

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Francklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Major Paulo Fernando de Figueiredo Silva (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditagem,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Renata Rodrigues; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Moisés Barbosa e Carlos Oliveira; **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezio Ramos; **Estagiários:** Monique Cabral, Patrícia Alves, Paulo Marinho, Priscilla Aguiar e Rodrigo Ferreira. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

importância dos Centros de Educação Federal Tecnológica (CEFET) no interior do Estado. Anunciado o Grande Expediente, ocupa a tribuna o Deputado Airinho de Sá Carvalho para em longo pronunciamento fazer sua estréia na tribuna da Casa Joaquim Nabuco agradecendo a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para o sucesso de sua eleição. Ao final, cita o poeta Fernando Pessoa: *DEUS QUER, O HOMEM SONHA E A OBRA NASCE*. O orador foi apertado pelos Deputados João Fernando Coutinho, Augusto Coutinho, Sívio Costa Filho (assume a Presidência o Deputado Ciro Coelho), Antônio Moraes, Miriam Lacerda, Elina Carneiro, Isaltino Nascimento, Augusto César Filho, Carlos Santana, Esmeraldo Santos, Alberto Feitosa, José Queiroz, Pastor Cleiton Collins e Edson Vieira. (Assume a Presidência o Deputado Raimundo Pimentel). Prosseguindo, usa da palavra o Deputado Ciro Coelho que vem focar a educação como forma de redenção de um povo em todos os aspectos. O orador foi apertado pelo Deputado Augusto Coutinho. Segue-se na tribuna o Deputado André Campos (reassume a Presidência o Deputado Ciro Coelho), que vem tratar sobre a Ilha de Itamaracá, ressaltando suas belezas naturais e o grande potencial turístico que a mesma possui para gerir uma parcela da economia pernambucana. O orador foi apertado pelos Deputados Pedro Eurico e Augusto Coutinho. Por último, com a palavra o Deputado Alberto Feitosa para tecer alguns comentários sobre as mensagens enviadas pelo Poder Executivo, no dia de ontem. O orador foi apertado pelos Deputados André Campos e Isabel Cristina. Encerrado o Grande Expediente, o Senhor Presidente passa à Ordem do Dia. Submetidos ao Plenário são aprovados em primeira discussão os Projetos de Lei Ordinária de nºs 75/2007, 76/2007, 77/2007, 79/2007 e 1353/2006 desarquivado sob o nº 27/2007. Em votação, é aprovado em única discussão o Substitutivo de nº 01/2007 ao Projeto de Lei Ordinária de nº 53/2007. Submetidas ao Plenário são aprovadas em única discussão as Indicações de nºs 767/2007 a 796/2007, o mesmo ocorrendo com os Requerimentos de nºs 337/2007 a 340/2007. Aberta a discussão em Plenário do Requerimento de nº 341/2007, discute a matéria o Deputado Bringel. Encerrado a discussão, é aprovado em único turno o Requerimento de nº 341/2007. Em votação são aprovados, em única discussão, os Requerimentos de nºs 342/2007 a 350/2007. (O Projeto de Lei Ordinária de nº 39/2007 teve sua discussão adiada por acordo de lideranças). Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente vem registrar que o Projeto de Lei Ordinária de nº 58/2007, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa, foi arquivado de acordo com o artigo 60, Inciso 2, letra d, do Regimento Interno. Esgotada a pauta, o Senhor Presidente despacha à publicação as Indicações de nºs 818/2007 a 830/2007, de iniciativa dos Deputados Eduardo Porto, Ricardo Teobaldo, Elias Lira, Antônio Figueirôa e Esmeraldo Santos e os Requerimentos de nºs 364/2007 a 370/2007, da lavra dos Deputados Eduardo Porto e Augusto Coutinho, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir. Pelo Deputado Esmeraldo Santos, apelo aos Senhores: Governador do Estado e ao Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, no sentido de incluírem a Associação dos Pequenos Agricultores do Sítio Riacho do Peixe, localizada em Agrestina, no Programa Leite de Pernambuco. Pelo Deputado Antônio Figueirôa, dois apelos: o primeiro, aos Senhores: Ministro de Estado de Esporte, Governador do Estado e ao Secretário de Esportes, no sentido de providenciarem a construção do alambrado e colocação de refletores no Estádio Municipal Jaime de Oliveira; e o segundo, aos Senhores: Governador do Estado, Secretário de Desenvolvimento Social e Cidadania e ao Diretor do Programa de Orientação e Proteção do Consumidor, no sentido de viabilizarem a implantação de uma Agência do Procon, esses no município de Santa Cruz do Capibaribe. Pelo Deputado Elias Lira, apelos aos Senhores: Governador do Estado e ao Secretário de Transportes, no sentido de providenciarem o piçarramento, através de patrulha mecanizada, nas estradas vicinais que ligam a zona rural aos municípios de Pombos, Glória do Goitá, Vitória de Santo Antão, Chã Grande e Chã de Alegria. Pelo Deputado Eduardo Porto, seis proposições: a primeira, apelo aos Senhores: Governador do Estado e ao Secretário das Cidades, no sentido de que seja revisto o local da construção da vila popular no município de Jaboatão dos Guararapes; da segunda à quinta, votos de aplausos aos Delegados Newson Motta da Costa Júnior, Roberto Geraldo Pereira e equipe, Otacílio Fernando Lyra Falcão, pelas suas atuações em defesa da segurança da população; e à Delegada Ivonete Maria da Silva e equipe, pelas ações relevantes no combate à criminalidade; e a sexta, voto de pesar pelo falecimento do jovem Kleber Castanha Alves Leite, ocorrido no dia quatorze de abril de dois mil e sete. Pelo Deputado Ricardo Teobaldo, quatro apelos: o primeiro, aos Senhores: Governador do Estado e ao Secretário de Administração, no sentido de viabilizarem a instalação de uma unidade do Expresso Cidadão; o segundo, aos Senhores: Governador do Estado e aos Secretários de Educação e ao de Esportes, no sentido de providenciarem a construção de uma quadra de esportes no Colégio Austro Costa; o terceiro, aos Senhores: Governador do Estado e ao Secretário de Saúde, no sentido de providenciarem uma visita do Programa Saúde na Feira; e o quarto, aos Senhores: Governador do Estado e ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de providenciarem a reconstrução da antiga ponte e o asfaltamento da Avenida Capibaribe a PE 95, todos no município de Limoeiro. Pelo Deputado Augusto Coutinho, dois requerimentos: o primeiro, solicitando que seja transcrito nos Anais desta Casa o artigo *Tiraram nosso tapume*, de autoria do escritor Joça de Souza Leão, publicado no Jornal do Commercio, do dia vinte e um de abril de dois mil e sete; e o segundo, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Regina Carneiro de Novaes. Sendo *Deferido* o Requerimento de nº 371/2007, de iniciativa do Deputado Augusto Coutinho solicitando que seja desarquivado o Projeto de Lei nº 1425/2006, de sua autoria. Por última, o Senhor Presidente encaminha à Primeira, Terceira e Oitava Comissões a Emenda de nº 01 ao Projeto de Lei nº 84/2007, ambas as proposições de iniciativa do Deputado Antônio Moraes. (Os Projetos de nºs 97/2007 e 98/2007, oriundos do Poder Executivo, foram despachados no Expediente da presente

reunião, onde consta o respectivo resumo e os encaminhamentos). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião convocando outra para amanhã na hora regimental.

Expediente

QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2007.

EXPEDIENTE

MENSAGEM N.º 30 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei n.º 99/2007, que fixa o efetivo da Polícia Militar e dá outras providências. Às 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissões.

MENSAGEM N.º 31 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei n.º 100/2007, que redefine o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco e dá outras providências. Às 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissões.

MENSAGEM N.º 32 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei n.º 101/2007, que cria o Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Pernambuco - SEINSP - e dá outras providências. Às 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissões.

MENSAGEM N.º 33 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei n.º 102/2007, que altera o inciso I do artigo 15 da Lei Complementar n.º 59, de 5 de julho de 2004. Às 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissões.

MENSAGEM N.º 34 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei n.º 103/2007, que altera dispositivo da Lei n.º 12.999, de 1.º de abril de 2006, fixa o efetivo do quadro de pessoal permanente de nível médio da Polícia Civil e dá outras providências. Às 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissões.

MENSAGEM N.º 35 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei n.º 104/2007, que altera a Lei n.º 10.259, de 27 de janeiro de 1989, que institui o ICMS, relativamente à baixa da inscrição no CACEPE, e dá outras providências. Às 1.ª, 2.ª e 3.ª Comissões.

MENSAGEM N.º 36 - DO GOVERNADOR DO ESTADO encaminhando Projeto de Lei n.º 105/2007, que abre crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007, e dá outras providências. Às 1.ª, 2.ª, 3.ª e 5.ª Comissões.

PARECERES N.ºS 118 E 121 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela aprovação dos Projetos de Lei Ordinária n.ºs 41 e 73, respectivamente. A imprimir.

PARECER N.º 119 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela rejeição do Projeto de Lei Complementar n.º 52/2007. A imprimir.

PARECER N.º 120 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 65/2007 juntamente com a Emenda Aditiva n.º 1 desse colegiado. A imprimir.

PARECER N.º 122 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 74/2007. A imprimir.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES solicitando dispensa da presença nas reuniões plenárias dos dias 25 e 26 do corrente. À publicação.

Solicitações de Dispensa

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO ANTÔNIO FIGUEIRÔA, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensa da presença na reunião do dia 25 abril de 2007 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Brasília.

Recife, 25 de abril de 2007.

Deputado Antônio Figueirôa

DESPACHO

DEFERIDO

EM, 25/04/2007

Deputado Guilherme Uchôa
Presidente

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE DISPENSA DE PRESENÇA EM REUNIÃO PLENÁRIA.

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES, com assento nesta Assembléia Legislativa, solicita, nos termos do inciso II, §1º, do artigo 60, do Regimento Interno, dispensas das presenças nas reuniões dos dias 25 a 27 abril de 2007 pelo motivo abaixo justificado.

JUSTIFICATIVA:

Viagem a Brasília.

Recife, 25 de abril de 2007.

Deputado Clodoaldo Magalhães

DESPACHO

DEFERIDO

EM, 25/04/2007

Deputado Guilherme Uchôa
Presidente

Pareceres de Comissões

Parecer N° 122/2007

Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
Parecer ao Projeto de Lei Ordinária n.º 74/2007
Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

Ementa: Ratifica o protocolo de intenções celebrado entre o Estado de Pernambuco e os municípios do Recife e de Olinda, visando a criação do consórcio público denominado Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM.

PELA APROVAÇÃO

1. Histórico

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária N.º 74/2007, originado do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem N.º 021 de 04 de abril de 2007, assinada pelo Governador do Estado Eduardo Henrique Accioly Campos.

O presente Projeto de Lei visa ratificar o Protocolo de Intenções celebrado entre o Estado de Pernambuco e os municípios de Recife e Olinda, para promover a gestão associada plena do Sistema de Transporte Público Coletivo de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR, através de consórcio público.

O Projeto em análise autoriza o Poder Executivo a criar o Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife – CTM e o Conselho Superior de Transporte Metropolitano – CSTM, e a extinguir a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU/Recife.

2. Parecer do Relator

O Projeto de Lei em análise está de acordo com os termos do Art. 241 da Constituição Federal, que autoriza a gestão associada de serviços públicos, e com a Lei Federal Nº 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre as normas gerais de contratação de consórcios públicos.

O Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife - CTM, criado pelo presente projeto de lei, terá capital social de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), correspondente a 1.000.000 (um milhão) de quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, sendo que seus eventuais aumentos deverão ser aprovados pelos entes consorciados mediante alteração do Contrato Social do CTM.

De acordo com o §1º do Art. 4º do projeto de lei em análise, o Poder Executivo enviará à esta Assembléia Legislativa um projeto de lei específico, para abertura de crédito especial à Lei Orçamentária Anual do presente exercício, o que atende ao disposto no Art.42 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, com a finalidade de

integralizar 57,57% (cinquenta e sete vírgula cinquenta e sete por cento) das quotas de capital social do CTM referentes à participação do Estado de Pernambuco, o que corresponde a R\$ 575.700,00 (quinhentos e setenta e cinco mil e setecentos reais),

Cumpra destacar que, embora o Poder Executivo esteja autorizado pelo presente projeto de lei a ceder o uso para o CTM do acervo material e imaterial da EMTU/Recife, fica explicitado no §2º do Art.6º do presente projeto de lei que o CTM não assumirá quaisquer passivos provenientes da EMTU/Recife, sendo que tais passivos serão assumidos direta e integralmente pela Pernambuco Participações – PERPART.

Em fase do exposto, considerando que a proposição não contraria as legislações financeira, orçamentária e tributária, opino favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei Ordinária N.º 74/2007, oriundo do Poder Executivo.

Antônio Moraes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação considera que o Projeto de Lei Ordinária N.º 74/2007, de autoria do Governador do Estado, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 24 de abril de 2007.

Presidente: Geraldo Coelho.

Relator: Antônio Moraes.

Favoráveis os (4) deputados: Coronel José Alves, Eduardo Porto, Mavíael Cavalcanti, Sívio Costa Filho.

Parecer N° 123/2007

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária N° 41/2007
Autor: Deputado Claudiano Martins

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE DENOMINA "PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR CORONEL MANOEL JOSÉ DA CÂMARA PIMENTEL NETO", O 3º PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO DE AGUAS BELAS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Está tramitando nesta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 41/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins, para análise e emissão de parecer;

1.2 - Trata-se de matéria que pretende denominar o 3º Pelotão da Polícia militar, situado no município de Águas Belas, e dá outras providências;

2. Parecer do Relator

2.1- A presente proposta está consoante com a legislação em vigor, em especial, com o Regimento desta Casa Legislativa, tendo recebido parecer favorável na Comissão de constituição, Legislação e Justiça;

2.2- A denominação proposta, no projeto de lei em tela, pretende homenagear, em memória, o coronel Manoel José da Câmara Pimentel Neto, denominando o 3º Pelotão de Águas Belas com o seu nome;

2.3- A homenagem é das mais justas e oportuna, que se justifica pelo enorme legado deixado pelo Coronel Pimentel, o qual, quando em vida, ocupou quase todos os cargos hierárquicos nos quadros da Polícia Militar de Pernambuco. Logo, entendo que o Projeto de Lei ordinária n° 41/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins deve ser aprovado.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante as recomendações expedidas pelo relator, este Colegiado Técnico opina pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 41/2007, de autoria do Deputado Claudiano Martins.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Mavíael Cavalcanti.

Relator: Terezinha Nunes.

Favoráveis os (2) deputados: Eduardo Porto, Esmeraldo Santos.

Parecer N° 124/2007

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária N° 59/2007
Autor: Deputado Antônio Figueirôa

EMENTA: PROPOSIÇÃO NORMATIVA QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E TELEFONE, NOS HORÁRIOS E DIAS DETERMINADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ATENDIDO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS, NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Projeto de Lei Ordinária Nº 59/2007, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa, para análise e emissão de parecer;

1.2 - Trata-se de proposição que busca proibir o corte de energia elétrica, água e telefone, nos horários e dias determinados.

2. Parecer do Relator

2.1- A presente propositura objetiva proibir que as prestadoras e as concessionárias dos serviços públicos de energia elétrica, água e telefone interrompam o fornecimento de tais serviços, em virtude de inadimplência do consumidor, nos dias que antecederem os sábados, domingos e feriados;

2.2- Desta forma, fica estabelecido que os serviços de energia elétrica, água e telefone só poderão ser cortados pelas empresas responsáveis pelo seu fornecimento, na situação de inadimplência do usuário do serviço, e quando ocorrerem as seguintes hipóteses:

-houver plantão 24 (vinte e quatro) horas de atendimento para solicitação de religação aos sábados, domingos e feriados;
-as ligações tiverem sido realizadas mediante fraude ou de forma clandestina;
-as ligações tiverem sido realizadas mediante fraude ou de forma clandestina;
-mediante cumprimento a determinação judicial, devidamente cientificada por escrito e com anuência dos habitantes do imóvel que ficarão sem o fornecimento do serviço;
-por motivo de acidente que coloque em risco o patrimônio de terceiros, a segurança ou o bem-estar de pessoas e seres vivos, mediante requerimento expressamente formalizado por autoridade competente. Como a defesa civil e o corpo de bombeiros;
-para melhoria do atendimento da coletividade, em caráter emergencial, desde que a cessação do fornecimento do serviço não perdure por mais de 4 (quatro) horas, durante o próprio dia do desligamento.

2.3- Conforme salientou o autor, em sua justificativa, por muitas vezes as prestadoras ou concessionárias dos citados serviços efetuam o seu corte ou a sua interrupção em datas inconvenientes ao consumidor, que ao encontrar-se na iminência ou mesmo ao ter um desses serviços, considerados essenciais, interrompidos buscam regularizar sua situação com a prestadora, o que fica impossibilitado pela indisponibilidade de horários para atendimento ao consumidor por parte dessas empresas;

2.4- Vale ressaltar, que a presente matéria cuida de regulamentar o procedimento de interrupção de serviços de energia elétrica, água e telefone, considerados essenciais pela Constituição Federal, e devendo ser prestados, de acordo com a norma consumerista, de forma contínua e eficiente;

2.5- Desta feita, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei deve ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que atende ao interesse público, dando maiores condições ao consumidor de regularizar sua situação de inadimplência com empresas fornecedoras de energia elétrica, água e telefone, evitando-se a ocorrência de prejuízos inevitáveis a eles, em conseqüência da falta desses serviços, considerados essenciais a vida/sobrevivência de qualquer cidadão.

Eduardo Porto
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 59/2007, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Eduardo Porto.
Favoráveis os (2) deputados: Esmeraldo Santos, Terezinha Nunes.

Parecer Nº 125/2007

Comissão de Administração Pública
Substitutivo Nº 01/2007, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 60/2007
Autor: Deputado Antônio Figueirôa

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A CAMPANHA DE REPÚDIO AOS CRIMES DE VIOLÊNCIA PRATICADOS CONTRA A MULHER. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2007, APRESENTADO NO ÂMBITO DA PRIMEIRA COMISSÃO. ATENDIDO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Chegou a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2007, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 60/2007, de autoria do Deputado Antônio Figueirôa, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição trata de matéria que visa estabelecer normas que dizem respeito à campanha continuada de repúdio aos crimes de violência praticados contra a Mulher.

2. Parecer do Relator

2.1- O presente Substitutivo apresentado e aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, tem por finalidade estabelecer, no âmbito do Estado de Pernambuco, os princípios a serem observados pelo Governo do Estado na execução das políficas públicas relacionadas com o combate aos crimes de violência praticados contra a mulher;

2.2- Dentre as ações de políticas públicas do Governo do Estado, serão incluídos os princípios e normas de combate à violência praticada contra a mulher, tais como: campanha de conscientização, prioritariamente em escolas, hospitais, ambulatórios centros de Saúde, associações e principalmente denúncia pela população de crimes de violência praticados contra a mulher e das formas de minimizá-los;

2.3- Desta feita, esta relatoria entende que a presente matéria está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que atende ao interesse público, com a instituição de princípios e normas para o combate ao crime e violência contra a Mulher no Estado de Pernambuco. nio Figueirôa.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2007, apresentado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 60/2007, de autoria do Deputado Antô

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (2) deputados: Eduardo Porto, Esmeraldo Santos.

Parecer Nº 126/2007

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 65/2007
Autor: Deputado Sílvio Costa Filho

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA ASSEGURAR AOS PORTADORES DE DEFCIENCIA VISUAL O DIREITO DE RECEBER OS BOLETOS DE PAGAMENTO DE SUAS CONTAS DE ÁGUA, ENERGIA ELÉTRICA E TELEFÔNICA CONFECCIONADOS EM BRAILLE. ATENDIDO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão Administração Pública, o Projeto de Lei Ordinária Nº 65/2007, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho e a Emenda Aditiva nº 01/2007, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição trata de matéria que busca assegurar aos portadores de deficiência visual o direito de receber os boletos de pagamento de suas contas de água, energia elétrica e telefonia confeccionados em Braille.

2. Parecer do Relator

2.1- O Projeto de Lei ora em análise visa assegurar aos portadores de deficiência visual o direito de receber, sem custo adicional, os boletos de pagamento de suas contas de água, energia elétrica e telefone confeccionados em Braille;

2.2- De acordo com justificativa do autor, a presente matéria visa dar condições de igualdade aos portadores de deficiência visual, que no Estado de Pernambuco representam 4% (quatro por cento) da população, e que se deparam, mesmo em pleno século 21, com os obstáculos da inclusão social;

2.3- Ressalta-se que para o recebimento dos referidos boletos confeccionados em Braille, o portador de deficiência visual deverá efetuar a solicitação junto à empresa prestadora do serviço, onde será feito o seu cadastramento;

2.4- A Emenda Aditiva apresentada e aprovada no âmbito da Primeira Comissão, objetiva acrescentar o art. 2º ao Projeto de Lei em análise, com a finalidade de estabelecer normas para os órgãos

incumbidos do controle externo de fiscalizar o cumprimento das obrigações instituídas por esta e aplicar as sanções previstas na legislação em vigor;

2.5- Posto isto, esta relatoria entende que o presente Projeto de Lei seja aprovado por este Colegiado Técnico, uma vez que atende ao interesse público, propiciando maior acessibilidade aos portadores de deficiência às necessidades do cotidiano de todo cidadão.

Esmeraldo Santos
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Nº 65/2007, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho, com a inclusão da Emenda Aditiva Nº 01/2007, apresentada pela Comissão de Constituição, legislação e Justiça.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Esmeraldo Santos.
Favoráveis os (2) deputados: Eduardo Porto, Terezinha Nunes.

Parecer Nº 127/2007

Comissão de Administração Pública
Projeto de Lei Ordinária Nº 73/2007
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: INSTITUI NO ÂMBITO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, O DIA DA BANDEIRA DE PERNAMBUCO. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Chegou a esta Comissão de Administração Pública, através da mensagem governamental nº 020/2007, de 04 de abril de 2007, o projeto de Lei ordinária nº 73/2007, que após ser analisado recebeu o presente parecer.

1.2- A matéria tem por fito instituir o Dia da Bandeira de Pernambuco.

2. Parecer do Relator

2.1- A proposta atende aos preceitos legais e regimentais, uma vez que recebeu parecer favorável, da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da ALEPE.

2.2- O Dia da Bandeira de Pernambuco será comemorado, anualmente, no dia 02(dois)de abril, segundo o Art. 1º da proposta em tela.

2.3- A aprovação desta propositura ensejará para os pernambucanos a realização de comemorações todo dia dois de abril, reconhecendo a importância cívica e o espírito libertário e democrático do povo pernambucano que se manifestou em todos os momentos difíceis da nação brasileira.

2.4- Vale lembrar que o dia 02 de abril já se encontrava dedicado à Bandeira de Pernambuco, criado pelo Decreto nº 1.405, de 30 de março de 1967, assinado pelo então governador Nilo de Souza Coelho.

2.5- Portanto, recomendo aos meus pares neste Colegiado Técnico a aprovação do projeto de lei ora analisado.

Terezinha Nunes
Deputada

3. Conclusão da Comissão

Ante ao exposto, opinamos no sentido de que o Projeto de Lei Ordinária Nº 73/2007, do Poder Executivo seja aprovado.

Sala da Comissão de Administração Pública,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Mavíael Cavalcanti.
Relator : Terezinha Nunes.
Favoráveis os (2) deputados: Eduardo Porto, Esmeraldo Santos.

Parecer Nº 128/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 34/2007, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Institui o Dia do Imigrante Italiano e de seus Descendentes no Estado de Pernambuco, a ser comemorado anualmente no Dia 02 de Junho, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído no Estado de Pernambuco o Dia do Imigrante Italiano e seus Descendentes, a ser comemorado anualmente no dia 02 de Junho.

Art. 2º A data ora instituída tem por finalidade homenagear os imigrantes de referida origem, que nesta Unidade Federativa se estabeleceram, bem como seus descendentes.

Art. 3º Para comemorar o Dia do Imigrante Italiano e seus Descendentes, o Governo do Estado, através das Secretarias: de Cultura, Turismo, e Educação, conjuntamente com instituições e/ou entidades de origem italiana aqui localizadas, poderá organizar eventos especiais, envolvendo, toda rede escolar, inclusive bibliotecas públicas, e as que funcionam nas unidades de ensino.

Parágrafo Único. Os eventos especiais citados no caput deste artigo deverão ter como objetivo principal:

I - Homenagear a Itália e seu povo e os imigrantes italianos e seus descendentes neste Estado;
II - Promover eventos ligados à Itália;
III - Reavivar, valorizar e divulgar a cultura e tradições italianas, e
IV - Promover o diálogo contínuo com as autoridades italianas aqui no Brasil: Consulado de Recife e Embaixada Italiana em Brasília.

Art. 4º A presente Lei não revoga outros dispositivos legais ou regulamentares porventura existentes, que instituem homenagens diversas ou festividades, aos mencionados imigrantes e seus descendentes.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sebastião Rufino
Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Antônio Figueirôa.
Relator : Sebastião Rufino.
Favoráveis os (2) deputados: Aglailson Júnior, Elias Lira.

Parecer Nº 129/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 45/2007, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final :

Ementa: Modifica o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários – FASAF, de que trata a Lei nº 11.503, de 18 de dezembro de 1997, e alterações.

Art. 1º A Lei nº 11.503, de 18 de dezembro de 1997, e alterações, que dispõe sobre o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos Fazendários – FASAF, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art.1º.....

§ 3º Além dos funcionários titulares de cargos integrantes do Quadro Administrativo de Apoio Fazendário – QAAF, referidos neste artigo, passam, a partir de 01 de abril de 2007, a ser igualmente beneficiários do FASAF, os inativos, assim considerados em 31 de março de 2007, e os servidores que vierem a se aposentar, desde que, em ambas as hipóteses, tenham percebido recursos do mencionado Fundo, nos termos deste artigo. (ACR)

Art. 2º A distribuição dos recursos do FASAF será procedida mês a mês, da seguinte forma: (NR)

I - igualmente, entre os servidores ativos, observado o disposto no inciso II; (REN)

II - quanto aos inativos, na forma prevista no § 3º do art. 1º, cada beneficiário perceberá, mensalmente, conforme a situação em que se enquadrar, valor correspondente aos seguintes percentuais a serem calculados em relação ao montante a ser percebido, a cada mês, pelos servidores ativos: (ACR)

a) relativamente ao inativo assim considerado em 31 de março de 2007:

1. 40% (quarenta por cento), na hipótese de ter percebido, quando em atividade, recursos do FASAF por um período inferior a 12 (doze) meses, imediatamente anteriores àquele da respectiva aposentadoria;

2. 60% (sessenta por cento), na hipótese de ter percebido, quando em atividade, recursos do FASAF, por um período entre 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) meses, imediatamente anteriores àquele da respectiva aposentadoria;

3. 80% (oitenta por cento), na hipótese de ter percebido, quando em atividade, recursos do FASAF, por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses, imediatamente anteriores àquele da respectiva aposentadoria;

b) relativamente ao inativo assim considerado a partir de 01 de abril de 2007, 80% (oitenta por cento), desde que, observadas as normas previstas nesta Lei, em especial no seu art. 6º:

1. em 31 de março de 2007, já esteja em exercício na Secretaria da Fazenda ou na Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado e tenha percebido, quando em atividade, recursos do

FASAF, por um período superior a 24 (vinte e quatro) meses, imediatamente anteriores àquele da respectiva aposentadoria;

2. a partir de 01 de abril de 2007, passe a ter exercício na Secretaria da Fazenda ou na Secretaria Especial da Controladoria Geral do Estado e tenha percebido, quando em atividade, recursos do FASAF por um período superior a 48 (quarenta e oito) meses, imediatamente anteriores àquele da respectiva aposentadoria.

.....”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de abril de 2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sebastião Rufino
Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Antônio Figueirôa.

Relator : Sebastião Rufino.

Favoráveis os (2) deputados: Aglailson Júnior, Elias Lira.

Parecer Nº 130/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 75/2007, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Altera a Lei nº 12.309, de 19 de dezembro de 2002, e alterações, que institui o Fundo Rodoviário, Ferroviário e Aquaviário de Pernambuco – FURPE, e dá outras providências.

Art. 1º O artigo 4º da Lei nº 12.309, de 19 de dezembro de 2002, e alterações, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“Art. 4º O FURPE será administrado por um Comitê Decisório, composto pelos seguintes membros: (NR)

I – Secretário da Fazenda;

II – Secretário de Transportes;

III – Secretário de Planejamento e Gestão;

IV – Secretário de Desenvolvimento Econômico;

V – Secretário da Casa Civil.

§1º.....

§2º.....

§3º Relativamente ao Comitê Decisório do FURPE, o Poder Executivo, mediante decreto: (ACR)

I – deverá indicar, entre os seus membros, o seu Presidente;

II – poderá alterar a sua composição, prevista no *caput* deste artigo.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sebastião Rufino
Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Antônio Figueirôa.

Relator : Sebastião Rufino.

Favoráveis os (2) deputados: Aglailson Júnior, Elias Lira.

Parecer Nº 131/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 76/2007, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final :

Ementa: Inclui Programa e Ação no Plano Plurianual 2004/2007, abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam incluídos no Plano Plurianual 2004/2007, aprovado pela Lei nº 12.427, de 25 de setembro de 2003, e revisado para o exercício de 2007, através da Lei nº 13.095, de 25 de setembro de 2006, o Programa e a Ação (Projeto) a seguir especificados segundo seus respectivos atributos:

53010 - FUNDAÇÃO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE PERNAMBUCO - HEMOPE

DESCRIÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO

PROGRAMA(F):0398 - ESTRUTURAÇÃO DA HEMORREDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Objetivo: Reformar e ampliar a estrutura da hemorrede do Estado de Pernambuco.

Projeto: 53010.103020398.2002 - Construção e Adequação da Hemorrede do Estado de Pernambuco
Finalidade: Dotar a Hemorrede do Estado de instalações adequadas que permitam um melhor atendimento.

Produto	Unidade	Meta
Instalação Construída/Melhorada	Unidade	3

Art. 2º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2007, em favor da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE, crédito especial no valor de R\$ 1.505.800,00 (hum milhão, quinhentos e cinco mil e oitocentos reais), para aplicação conforme discriminação a seguir:

RECURSOS DE TODAS AS FONTES EM R\$ 1,00

	23000 - SECRETARIA DE SAÚDE	
	53010 - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE	
Projeto:	53010.103020398.2002 - Construção e Adequação da Hemorrede do Estado de Pernambuco	1.505.800
	4.4.90.00 - FNT 0101 - Investimentos	156.800
	4.4.90.00 - FNT 0242 - Investimentos	1.349.000
	TOTAL	1.505.800
		=====

Art. 3º Os recursos necessários à cobertura do crédito especial de que trata o artigo 2º da presente Lei, serão os provenientes da anulação de dotações orçamentárias, constantes do Orçamento em vigor, a seguir discriminadas:

RECURSOS DE TODAS AS FONTES EM R\$ 1,00

	23000 - SECRETARIA DE SAÚDE	
	53010 - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE	
Atividade:	53010.103030202.0606 - Atendimento a Pacientes Hematológicos	200.000
	4.4.90 - FNT 0242 - Investimentos	200.000
Atividade:	53010.103030202.1412 - Realização de Procedimentos Hemoterápicos	1.305.800
	4.4.90 - FNT 0101 - Investimentos	156.800
	4.4.90 - FNT 0242 - Investimentos	1.149.000
	TOTAL	1.505.800
		=====

Art. 4º Fica, ainda, ajustado, no que couber, o Plano Plurianual 2004-2007, aprovado pela Lei nº 12.427, de 25 de setembro de 2003 e revisado para o exercício de 2007, pela Lei nº 13.095, de 25 de setembro de 2007, tendo em vista a sua compatibilização com as alterações orçamentárias aprovadas na presente Lei.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Sebastião Rufino
Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Antônio Figueirôa.

Relator : Sebastião Rufino.

Favoráveis os (2) deputados: Aglailson Júnior, Elias Lira.

Parecer Nº 132/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 77/2007, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007 e dá outras providências.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao presente exercício de 2007, em favor da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, crédito suplementar no valor de R\$ 20.265.000,00 (vinte milhões, duzentos e sessenta e cinco mil reais), para aplicação conforme discriminação a seguir:

RECURSOS DO TESOURO EM R\$ 1,00

	30000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
	30010 - Secretaria de Planejamento - Administração Direta	
Projeto:	30010.043340074.0766 - Ações de Diversificação Econômica	4.135.000
	4.4.90.00 - FNT 0103 - Investimentos	4.135.000
Projeto:	30010.044510074.0767 - Ações de Infra-Estrutura	3.190.000
	4.4.90.00 - FNT 0103 - Investimentos	3.190.000
Projeto:	30010.123660074.1481 - Ações de Apoio à Educação	1.165.000
	4.4.90.00 - FNT 0103 - Investimentos	1.165.000
Projeto:	30010.103010074.1482 - Ações de Apoio à Saúde	645.000
	4.4.90.00 - FNT 0103 - Investimentos	645.000
Projeto:	30010.175120074.1514 - Ações de Saneamento Básico	11.130.000
	4.4.90.00 - FNT 0103 - Investimentos	11.130.000
	TOTAL	20.265.000
		=====

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata o artigo anterior serão os provenientes do Contrato de Empréstimo nº 1357-OC/BR, de 05.06.2002, celebrado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Estado de Pernambuco da República Federativa do Brasil, na forma do disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, objetivando complementar os recursos programados para o exercício de 2007, cujo prazo de desembolso foi prorrogado de 05.06.2007 para 05.06.2008, visando executar as ações previstas no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco - PROMATA, classificados da seguinte forma:

(RECEITAS DO TESOURO)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	EM R\$ 1,00
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	20.265.000
2100.00.00	Operações de Crédito	20.265.000
2120.00.00	Operações de Crédito Externas	20.265.000
2129.00.00	Outras Operações de Crédito Externas	20.265.000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Sebastião Rufino
Deputado

Sala da Comissão de Redação de Leis,
em 25 de abril de 2007.

Presidente: Antônio Figueirôa.

Relator : Sebastião Rufino.

Favoráveis os (2) deputados: Aglailson Júnior, Elias Lira.

Parecer N° 133/2007

A COMISSÃO DE REDAÇÃO DE LEIS, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 79/2007, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final :

Ementa: Abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007 e dá outras providências.
--

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Estado, relativo ao exercício de 2007, em favor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, crédito suplementar no valor de R\$ 11.954.000,00 (onze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais), destinado ao reforço das dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

		RECURSOS DO TESOURO EM R\$ 1,00	
	07000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA		
	07010 - Tribunal de Justiça - Administração Direta		
Projeto:	07010.020610272.0593 - Construção, Aquisição e Reforma de Imóveis para o TJPE	11.558.536	
	3.3.90.00 - FNT 0104 - Outras Despesas Correntes	1.260.243	
	4.4.90.00 - FNT 0104 - Investimentos	10.298.293	
Atividade:	07010.021260272.1142 - Informatização Judiciária	395.464	
	3.3.90.00 - FNT 0104 - Outras Despesas Correntes	395.464	
	TOTAL	11.954.000	=====

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas de que trata a presente Lei, são os provenientes de saldo do exercício de 2006, apurado na posição financeira do Tribunal de Justiça, em 31.12.2006, no valor de R\$ 11.954.000,00 (onze milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil reais), à conta de receitas diretamente arrecadadas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

	Sebastião Rufino Deputado
	Sala da Comissão de Redação de Leis, em 25 de abril de 2007.

Presidente: Antônio Figueirôa.

Relator : Sebastião Rufino.

Favoráveis os (2) deputados: Aglailson Júnior, Elias Lira.

Indicações

Indicação N° 831/2007

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Exmo. Sr. Angelo Rafael Ferreira dos Santos - Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado**, no sentido de incluir como beneficiária do Programa Leite de Pernambuco a Associação dos Moradores de Pau Amarelo, município do Paulista.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao **Exmo Sr. yves Ribeiro - Prefeito do município do Paulista; Exmo.Sr. Antônio José Valpassos - Presidente da Câmara Municipal do Paulista; Sra. Claucinete Maria dos Santos - Presidente da Associação dos Moradores de Pau Amarelo, Rua José Manoel Araújo, nº 12, Pau Amarelo - Paulista.**

Justificativa

As famílias atendidas nesta associação em sua maioria não apresentam renda fixa, com grandes dificuldades financeiras. Buscam apoio nos programas sociais do Município e do Estado. Há evidências da ocorrência de um quadro de desnutrição entre as crianças. Portanto, faz-se necessário inclui-las neste programa, como meio de suprir essas carências e garantir a nutrição de cerca de 120 famílias. Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007.

Ceça Ribeiro Deputada
--

Indicação N° 832/2007

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Exmo. Sr. Angelo Rafael Ferreira dos Santos - Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado**, no sentido de incluir como beneficiária do Programa Leite de Pernambuco a Associação dos Moradores do Bairro de Jaguaribe, município da Ilha de Itamaracá.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao **Exmo. Sr. Paulo Geraldo Xavier - Prefeito da Ilha de Itamaracá; Exmo. Manoel Marinho - Presidente da Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá; Sr. Severino José da Costa Filho - Presidente da Associação dos Moradores do Bairro de Jaguaribe, Rua Joaquim Cordeiro Galvão, 356 - Jaguaribe, Ilha de Itamaracá. CEP: 53.000-000; Sr. Cláudio Antônio Albuquerque de Barros , Av. Rios nº 220 - Jaguaribe, Ilha de Itamaracá. CEP: 53.900-000.**

Justificativa

As famílias atendidas nesta associação em sua maioria não apresentam renda fixa, com grandes dificuldades financeiras. Buscam apoio nos programas sociais do Município e do Estado. Há evidências da ocorrência de um quadro de desnutrição entre as crianças. Portanto, faz-se necessário inclui-las neste programa, como meio de suprir essas carências e garantir a nutrição de cerca de 200 famílias. Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 23 de abril de 2007.

Ceça Ribeiro Deputada
--

Indicação N° 833/2007

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Exmo. Sr. Angelo Rafael Ferreira dos Santos - Secretário de Agricultura e Reforma Agrária do Estado**, no sentido de incluir como beneficiárias do Programa Leite de Pernambuco a Associação das Famílias Carentes de Itapissuma.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao **Exmo. Sr. Clóvis cavalcanti de Rego Barros - Prefeito do Município de Itapissuma; Exmo. Sr. Joais José de Santana - Presidente da Câmara Municipal de Itapissuma, Rua Manoel Lourenço, nº 16 - Itapissuma, CEP: 53.700-000; Sr. Eleno Ribeiro da Silva - Morador, Rua Cidade Nova Itapissuma s/n - Itapissuma; Adeilda Maria da Silva - Presidente da Associação de Famílias Carentes de Itapissuma, Rua Crooc Palmeira, nº 11 - Centro - Itapissuma; José Juvenal Marques Dantas - Chefe do 36º Grupo de Escoteiros Chefe Luiz Costa, Rua Manoel Liga, nº 72 - Centro - Itapissuma. CEP: 53.700-000**

Justificativa

As famílias atendidas nesta associação em sua maioria não apresentam renda fixa, com grandes dificuldades financeiras. Buscam apoio nos programas sociais do Município e do Estado. Há ocorrência de quadro de desnutrição entre as crianças. Portanto, faz-se necessário inclui-las neste programa, como meio de suprir essas carências e garantir a nutrição de cerca de 300 famílias.Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 23 de abril de 2007.

Ceça Ribeiro Deputada
--

Indicação N° 834/2007

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja feito apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Eduardo Campos, e ao Exmo Sr. Secretário de Transportes Dr. Sebastião Oliveira, no sentido de continuar a obra de construção da principal via que dá acesso ao município de Ingazeira.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Sr. Mario Lopes de Araújo Filho na Rua Liberato Pereira de Moraes nº10- CEP: 56830-000 - Ingazeira - PE.

Justificativa

A principal via de acesso que leva ao município de Ingazeira, começou a ser construída pelo Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de Pernambuco- DER-PE, em junho de 2006, no entanto até março do corrente, ainda se encontrava em estágio de terraplanagem, o que levou o Governo do Estado a proceder a paralisação da obra, para analisar o cronograma, e levar a efeito uma revisão contratual, se for o caso, objetivando sua continuidade.

Recebemos um aceno do empresário Mario Lopes de Araújo Filho, preocupado com a paralisação das obras e por entender da sua importância para o desenvolvimento de Ingazeira, é que tomamos a iniciativa de solicitar das autoridades governamentais a retomada o mais breve possível, da construção destes 17 km de estrada, que liga a PE-284 à Sede do município.

Ante o exposto, e na certeza de sermos atendidos, vimos pleitear junto aos nossos pares nesta Casa Legislativa que se dignem a dispensar a esta proposição a acolhida que se faz devida, haja vista, a magnitude do da ação que solicita, visando a solução de um problema, que vem causando sérios transtornos ao município e à sua população.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007.

José Queiroz Deputado
--

Indicação N° 835/2007

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr.Governador do Estado de Pernambuco, Dr.Eduardo Henrique Accioly Campos e ao Exmo.Sr.Secretário de Educação, Dr.Danilo Jorge de Barros Cabral, no sentido de viabilizar a **ampliação e cobertura da quadra de esporte da Escola Bernardo Vieira de Melo, no Município do Jaboatão dos Guararapes.**

Justificativa

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao:

Ilma.Sra.Diretora Dilce Correia, na Av. Barão de Lucena, s/n - Jaboatão dos Guararapes;

Ilmo.Sr.Diretor da Rádio Difulsora Som Brasil,Sr. Elísio Reis, na Rua Gal.Câmara Lima, 24 - 1º andar - Jaboatão dos Guararapes;

Ilmo.Sr.Editor Geral do Jornal Tribuna Popular, Sr. José Ambrósio dos Santos, na Rua Prefeito José Alberto de Lima, 173-A- Vila Santo Inácio - Cabo de Santo Agostinho - CEP 54515-395.

Justificativa

A Escola Bernardo Vieira de Melo, pertencente a rede Estadual de Ensino, precisa da ampliação e cobertura da sua quadra de esportes, para que os mais de 2.500 alunos matriculados, não tenham que interromper durante o inverno suas atividades esportivas.

Sala das Reuniões, em 24 de abril de 2007.

Eduardo Porto Deputado

Indicação N° 836/2007

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo.Sr.Governador do Estado de Pernambuco, Dr.Eduardo Henrique Accioly Campos e ao Exmo.Sr.Secretário de Educação, Dr.Danilo Jorge de Barros Cabral, no sentido de **viabilizar a instalação de uma Escola Técnica Estadual, no Município do Jaboatão dos Guararapes.**

Justificativa

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao:

Exmo.Sr.Prefeito do Município de Jaboatão dos Guararapes, Dr.Newton Carneiro;

Exmo.Sr.Presidente da Câmara Municipal,Dr.Luiz Carlos Mattos e demais Vereadores;

Ilmo.Sr.Diretor da Rádio Difulsora Som Brasil, Sr. Elísio Reis, na Rua Gal.Câmara Lima,24 - 1º andar - Jaboatão dos Guararapes;

Ilmo.Sr.Editor Geral do Jornal Tribuna Popular, Sr. José Ambrósio dos Santos, na Rua Prefeito José Alberto de Lima,173-A- Vila Santo Inácio - Cabo de Santo Agostinho - CEP 54515-395.

Justificativa

A expansão de SUAPE, começa a necessitar cada vez mais,de mão de obra especializada para o bom funcionamento das Indústrias, Estaleiro,etc. A Cidade do Jaboatão dos Guararapes está situada no círculo de progresso proporcionado por esse grande empreendimento. Portanto, a instalação de uma Escola Técnica Estadual no 2º Distrito, possibilitaria a formação de mão de obra qualificada para atender a demanda e, também com uma maneira ímpar de inclusão social da nossa juventude.

As antigas instalações das oficinas da REDE FERROVIÁRIA FEDERAL, estão abandonadas e seria um local ideal para as instalações da referida Escola.

Sala das Reuniões, em 24 de abril de 2007.

Eduardo Porto Deputado

Requerimentos

Requerimento N° 357/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais seja enviado um VOTO DE APLAUSO em homenagem ao aniversário de emancipação política do município de SALGUEIRO, que ocorrerá no dia 30 de abril.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a Exm^o. Sra. Prefeita da cidade de Salgueiro, **CLEUZA PEREIRA DO NASCIMENTO**, ao Exmo. Sr. Vice–Prefeito, Marcones Libório de Sá, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores daquele Município, Casa Epitácio Alencar, Alvinho Patriota, aos Exmos. Vereadores daquela Casa, Augusto Matias, Antenor Cruz, Antonio Pires de Sá, Inácio Alves de Sá, Givania Maria, Pedro Pereira, Severino Araújo, Paulo Afonso, Eugênio Manoel Ferreira, todos com endereço na Câmara de Vereadores daquele município, Câmara de Dirigentes Lojistas de Salgueiro, situada a Rua Ex-combatente Otoni Freire de Silva, 175 - Bairro Santo Antônio, às Rádios Talismã FM, Rádio Vida FM, Rádio Salgueiro FM e Asa Branca AM, todas situadas em Salgueiro (PE).

Justificativa

Criado pela Lei provincial nº 580, de 12 de maio de 1853, desmembrado do território do município de Cabrobó, freguesia de Santo Antônio do Salgueiro passou a município em 30 de abril de 1864, tendo como primeiro Intendente o Major Raimundo de Sá, filho do fundador e dono do Sítio Boa Vista, de onde nasceu Salgueiro, o capitão Manuel de Sá. A população do município, estimada pelo IBGE, supera os 54.500 habitantes, ocupando uma área de 1.639,26Km2, distando 518Km do Recife, composta pelos distritos de Umãs, Conceição das Creoulas, Vasques e Pau Ferro, está estrategicamente localizada na confluência das BRs 116 e BR 232, sendo um pólo regional que centraliza a microrregião do Sertão Central.

Esta é minha terra em números mas, quero dedicar este voto de aplauso a sua gente humilde e lutadora, seu povo forte e vencedor, que não esmorece com as dificuldades de sobreviver no sertão, com todos os revezes do dia-a-dia e fazem de Salgueiro uma pujante e acolhedora cidade, tornando-a uma “terra de oportunidades” que se destaca no cenário Regional.

A todo o povo de Salgueiro desejo prosperidade e paz pelos anos vindouros em que estaremos construindo o futuro de nossa terra e por tudo isso peço a aprovação de meus ilustres pares para o presente requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007

Airinho de Sá Carvalho
Deputado

REPUBLICADO

Requerimento Nº 372/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Radialista TARCÍSIO REGUEIRA, conhecido como “TARCÍSIO BOCÃO”, pela sua nova programação “FOLHA ALERTA”, na Rádio Folha FM.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao jornalista TARCÍSIO REGUEIRA “BOCÃO”, na Rádio Folha FM, à Av. Marquês de Olinda, Nº 85 - Ed. Alberto Fonseca - 2º andar - Recife Antigo - CEP 50030-000 - Recife - PE

Justificativa

O jornalista TARCÍSIO REGUEIRA, o “TARCÍSIO BOCÃO”, agora na Rádio Folha FM, frequência 96,7, com o seu programa “FOLHA ALERTA”, de grande audiência, faz um jornalismo dinâmico, atualizado, e agora, também com notícias políticas, de segunda a sexta-feira das 8h às 9h30. O Programa em questão é de grande interesse social por manter a nossa população sempre atualizada e bem informada e, por isso merece o reconhecimento desta Casa.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007

Coronel José Alves
Deputado

Requerimento Nº 373/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um **VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana do Recife**, pela comemoração do dia 27 de abril, dia Nacional da Trabalhadora Doméstica. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Região Metropolitana do Recife, com endereço a Rua da Concórdia, 977 – Bairro de São José, Recife / PE.

Justificativa

No ano de 1889, as mulheres foram em massa para o trabalho doméstico, tornando-se o esteio de uma família desestruturada pelo longo período escravagista.

Desde lá, até os dias atuais, as mulheres ainda são maioria nesse tipo de trabalho, e como toda classe trabalhadora vem travando uma luta incessante para organizar-se. Em 1936 tem-se a fundação da 1.ª Associação de Trabalhadoras Domésticas, na cidade de Santos, por Laudelina de Campos Melo. Mais somente 24 anos depois, em 1960 aconteceria o 1.º Congresso das Trabalhadoras Domésticas, organizado pela Juventude Operária Católica (JOC), no Rio de Janeiro.

O período da ditadura Militar no Brasil, também perseguiu a organização das trabalhadoras domésticas, fechando em 1964 a Associação de Empregadas Domésticas de Campinas. Mas as trabalhadoras não desistiram e continuaram, ora clandestinamente, ora abertamente se organizando, e em 1972 conquistam a Lei 5859.

Em 1986 tem início uma nova etapa. As trabalhadoras entram na mobilização pela Constituinte, caravanas vão a Brasília, e finalmente em 1988 são reconhecidas como categoria, e as Associações de domésticas, finalmente transformam-se em Sindicatos dos (as) trabalhadores (as) domésticos (as).

Na luta contra o tempo para se organizar, em 1997 fundaram a Fenatrad – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, filiando-se no ano seguinte à CUT – Central Única dos Trabalhadores, e mais tarde filiam-se a uma entidade internacional – CONLACTRAHO – *Confederacion Latinoamericana y Caribeña de Trabajadores Del hogar*.

A interlocução dessa categoria com o Governo Federal melhorou bastante, talvez por ser um governo advindo da luta de classes. Assim em 2006 algumas das injustiças da lei 5859 foram corrigidas e novos direitos foram conquistados, a partir da Lei 11.324.

Com forte ligação com a igreja, sendo que a maioria das sindicalistas passou pela JOC – Juventude Operária Católica, não é por acaso que o dia das Trabalhadoras Domésticas, está ligada a homenagem a Santa Zita, que faleceu em 27 de abril de 1278.

Santa Zita era filha de camponeses pobres e nasceu em Monsagrati, Itália, no ano de 1218, começou a trabalhar como doméstica aos doze anos, sendo maltratada e humilhada durante os 48 anos que trabalhou para a mesma família na cidade de Lucca. Durante o pontificado de Pio XII Santa Zita foi transformada em padroeira das trabalhadoras domésticas.

No Brasil, várias lideranças, militantes ou ex-militantes da JOC, contribuíram para massificar a data, como referência, dentre elas a companheira Laudelina de Campos Melo, que no ano de 1936 fundou a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas, na cidade de Santos/SP.

Que a luta dessa categoria possa contar com a solidariedade das demais categorias, e que neste dia 27 de abril, possamos todos e todas fazer uma reflexão do significado de ser trabalhadora doméstica no Brasil, reforçando o coro dessas bravas mulheres Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007

Elina Carneiro
Deputada

Requerimento Nº 374/2007

Requeremos à mesa, depois de ouvido o plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado um VOTO DE APLAUSO À ESCOLA PROFESSORA JANDIRA DE ANDRADE LIMA, localizada no loteamento Santo Antonio, Ladeira Vermelha, Limoeiro - PE, por ser uma das escolas selecionadas para o Livro Escolas de Valor, publicado pela Fundação Santillana. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Corpo Docente e Discente da Escola Professora Jandira de Andrade Lima, situada no loteamento Santo Antônio, 1165, Ladeira Vermelha, Limoeiro - PE, CEP 55.700-000, ao Ilmo. Dr. Danilo Cabral, Secretário de Educação, localizada na Rua Siqueira Campos, nº 304, Santo Antônio, Recife – PE, CEP 50.010-010, ao Ilmo. Dr. Luis Raymundo Duarte, Prefeito, do Município de Limoeiro, endereço na Praça Comendador Pestana, nº 113, Limoeiro-PE, CEP 55700-000, a Ilma Dra Nelma Bezerra, Secretária de Educação do Município de Limoeiro, endereço na Av Capibaribe, nº47, Limoeiro-PE, CEP 55700-000, e ao Ilmo. Dr. Geraldo Norat Guerra, Presidente da Câmara de Vereadores do Municípiode Limoeiro, com endereço na rua da Matriz, 134, no centro de Limoeiro, PE, CEP 55700-000.

Justificativa

A Escola Professora Jandira de Andrade Lima (antigo Ceru – Limoeiro), fundada em 04 de julho de 1978, localiza-se no Loteamento Santo Antônio, 1165, Ladeira Vermelha, e pertence à rede pública estadual de ensino. A escola, oferece Ensino Fundamental; Ensino Médio; Ensino Normal Médio; Educação Especial, com turmas nas áreas de Audição e Cognição; Educação de Jovens e Adultos; e *Projeto Avançar*, perfazendo um total de 2.211 alunos. Mantém uma parceria com a Secretaria de Educação do município de Limoeiro para atender às demandas do Ensino Médio nas escolas municipais Castelo Branco, Vila Mendes e Cônego Deusdedith, localizadas na zona rural de Limoeiro.

A escola de Limoeiro foi premiada pela terceira vez, sendo a escola destaque Brasil do Prêmio Nacional Referência em Gestão Escolar /2003, da fundação Roberto Marinho e do Canal Futura, consagrando o estado de PE.

Pela importância destes prêmios, escola foi selecionada juntamente a 5 escolas pela Fundação Santillana, para participarem do livro Escola de Valor, sob a temática Harmonia. O livro trás fotos de Carlos Polanco, importante fotógrafo internacional, que o expõe no Museu do Estado de Pernambuco.

Desta forma, se faz justa e merecida a parabenização ora proposta á Escola Professora Jandira de Andrade Lima pela conquista alcançada.

Sala das Reuniões, em 24 de abril de 2007

Teresa Leitão
Deputada

Requerimento Nº 375/2007

Requereremos à Mesa ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, no dia de hoje, um Voto de Congratulações ao Pro. Jarbas Maramhão pela publicação do seu livro “Bertoldo Kruse e o Instituto Materno Infantil Fernando Figueira”.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Prof. Jarbas Maranhão ,na Rua Tonelero- 43/402 -Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - CEP:2547 - 5873.

Justificativa

Certo de que apenas um artigo jornalístico não seria suficiente para exaltar o livro do seu amigo Bertoldo Kruse , sobre os 45 anos do Impi e seu fundador o Prof. Fernando Figueira, o eminente Professor , Jornalista e Escritor, Jarbas Maranhão resolveu publicar também um livro sobre o assunto intitulado “Bertoldo Kruse e o Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira”.

Sem sombra de dúvidas, um trabalho de fôlego e, imprescindível para que se tenha idéia do que vem fazendo ao longo dos anos, a referida entidade, visando o aperfeiçoamento de recurso humanos, conhecimentos científicos, as técnicas de tratamento e a assistência a maternidade e a infância, que a projetaram em todo o país, tornando-a uma referência nacional, na sua área de atuação.

O requerimento em pauta, que objetiva propor a Mesa da Assembléia Legislativa um Voto de Congratulações, ao amigo e Prof. Jarbas Maranhão, é a forma que encontramos para homenageá-lo, por esta obra , que leva sua marca registrada, a valorização do lado social e humano o que pode ser percebido pela sua irretocável trajetória como homem público, em todos os cargos que veio a ocupar. Dentre eles , a direção regional do Serviço Nacional da Indústria em Pemabuco-SENAI, a Secretaria de Interior e Justiça do Estado de Pernambuco , e os mandatos de Deputado Federal e Senador da República, desempenhados, com invulgar brilhantismo e comprovada competência.

Ante tais considerações, acreditamos plenamente justificada a presente proposição, pelo que , vimos solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, a sua necessária acolhida, no intuito de viabilizá-la.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007

José Queiroz
Deputado

Requerimento Nº 376/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um **VOTO DE PESAR** pelo falecimento da **Sra. MARIA DO CARMO CAETANO**, ocorrido no dia 23 de abril 2007.

Justificativa

A Sra. Maria do Carmo Caetano faleceu no dia 23 de abril de 2007, aos 53 anos, vítima de leucemia, no distrito de Pão de Açúcar, no Município de Taguatinga do Norte, no Agreste do Estado. Era esposa do Sr. Osvanildo Caetano de Moura e genitora de FABIANO, OSVANILDA, LUCIANO E FLÁVIO.

Sua partida tristececeu a todos, mais deixa a imagem de uma valorosa mulher, que teve no amor a essência de sua existência. Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa transmita o VOTO DE PESAR e nossas sentidas Condolências pela perda irreparável da Sra. Maria do Carmo Caetano.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007

Edson Vieira
Deputado

Requerimento Nº 377/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja reservada a data 06 de Agosto do corrente ano, para realização de uma Sessão Solene, objetivando homenagear a Faculdade de Direito do Recife pelos seus 180 anos.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Diretor da Faculdade de Direito do Recife.

Justificativa

Por Carta de Lei do Imperador Pedro I foram criados em 11 de agosto de 1827, simultaneamente, *dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo outro na de Olinda*.

Conhecidos como Cursos Jurídicos, o de Olinda foi a origem da Faculdade de Direito do Recife, instalado no dia 15 de maio de 1828, no mosteiro de São Bento, passando a funcionar em dependências cedidas pelos monges beneditinos.

Na inauguração do Curso foi realizada uma grande solenidade, com a presença de autoridades civis e eclesiásticas, salvas de artilharia e a celebração de um *Te-Deum* em ação de graças, sendo a cidade iluminada durante três dias.

As aulas foram iniciadas no dia 2 de junho do mesmo ano, com 41 alunos oriundos de vários estados brasileiros e de outros países como Angola e Portugal, matriculados após terem sido aprovados nos exames preparatórios. A primeira turma de bacharéis em ciências jurídicas formou-se em 1832.

Recife, 26 de abril de 2007

Em 1852, o Curso foi transferido do mosteiro de São Bento para o palácio dos antigos governadores, prédio reformado situado no alto da Ladeira do Varadouro, em Olinda, que ficou conhecido pelo nome de *Academia*.

Em 1854, a *Academia* transferiu-se para a rua do Hospício, no Recife, ocupando um velho casarão pouco adequado para as suas funções e por isso apelidado de *Pardieiro*.

Em 1912, mudou-se para o prédio onde funciona até hoje, na Praça Dr. Adolfo Cirne, no Recife, depois de concluídas as obras Governo da República.

O prédio construído por José de Almeida Pernambuco, ocupa uma área de 3.600 metros quadrados, no centro de uma área ajardinada e seu projeto arquitetônico, eclético, com predominância do estilo neo-clássico é de autoria do arquiteto francês Gustave Varin.

A Faculdade de Direito do Recife desde os seus primeiros anos de existência atuava não apenas como um centro de formação de bacharéis, mas, principalmente, como escola de Filosofia, Ciências e Letras, tornando-se célebre pelas discussões e polêmicas que empolgavam a sociedade da época.

A instituição viveu tempos gloriosos sob a influência de Tobias Barreto, Joaquim Nabuco e Castro Alves.

Foi na Faculdade de Direito do Recife onde nasceu e floresceu o movimento intelectual poético, crítico, filosófico, sociológico, folclórico e jurídico conhecido como a *Escola do Recife*, nos anos de 1860 e 1880 e cujo líder era o sergipano Tobias Barreto de Menezes. Outras figuras importantes do movimento foram Sílvio Romero, Artur Orlando, Clovis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Martins Júnior, Faelante da Câmara, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Hígino, Araripe Júnior, Gumerindo Bessa.

Possui uma grande biblioteca com mais de 100.000 volumes, muitos deles raros e preciosos, nas áreas de direito, filosofia, história e literatura, tendo sob sua guarda, inclusive, a biblioteca que pertenceu a Tobias Barreto. Publica, desde 1891, sua *Revista Acadêmica*.

Em 1922, como parte das comemorações do centenário da independência nacional houve sessão solene no salão nobre e foram plantadas quatro árvores no parque ao redor do prédio: dois visgueiros e duas palmeiras, as quais foram dados os nomes de Epitácio Pessoa, presidente da República, lembrado pelos relevantes serviços prestados à região Nordeste do país; Otávio Tavares, professor da Faculdade e prefeito da cidade do Recife; Neto Campelo, diretor e professor e Samuel Hardmann, doador das árvores plantadas.

Em 1924, o eminente pernambucano Manuel de Oliveira Lima foi eleito professor honorário da Faculdade.

Muitos dos seus professores tornaram-se famosos pela oratória, conhecimentos jurídicos e cultura geral.

Nas Comemorações dos seus 180 anos de existência a ser celebrado no dia 11 de Agosto do corrente ano esta Casa Legislativa, a Casa de Joaquim Nabuco, um dos maiores juristas brasileiros oriundo da Faculdade de Direito do Recife, não pode se furtar de congratular-se nesta data tão significativa para a cidade, para o estado e para o país.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007

Sílvio Costa Filho
Deputado

Pedro Eurico.

Requerimento Nº 378/2007

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja encaminhado um **VOTO DE APLAUSO**, ao Ilmo.Sr. **ERALDO BEZERRA**, pela sua atuação a frente do Centro de Ressocialização do Agreste, situado no Município de Canhotinho.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao:

Ilmo.Sr. Eraldo Bezerra, no Centro de Ressocialização do Agreste, Sítio Nascimento, Canhotinho; Exmo. Sr. Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Dr. Roldão Joaquim dos Santos, na Rua Benfica, 133-Madalena, Recife; Exmo. Sr. Prefeito - Álvaro Porto de Barros, na Rua Afonso Pena, Canhotinho; Exmo.Sr.Presidente da Câmara de Vereadores, Dr.Valmir Macêdo e demais Vereadores; Jornal Folha de Canhotinho- Sr. Diretor José Oliveira Barros, na Rua Vieira Rabelo,s/n Canhotinho;

Justificativa

O sistema carcerário em nosso País tem sido,ao longo do tempo,um constante desafio a nível Federal e Estadual. O nosso Estado não foge a regra e, os exemplos constantes mostram o agravamento desse problema que parece insólivel.

As unidades da FEBEM, Presídeos e Penitenciárias, muitas vezes tem a situação agravada por falta de uma maior interação entre a Direção e o restante da equipe, ocasionando um gerenciamento de pequena eficiência.

O Centro de Ressocialização do Agreste, situada na Cidade de Canhotinho, também sofria até pouco tempo das mesmas mazelas das outras unidades do nosso Estado, sendo considerado pelos apenasos um paraíso e um tributo a impunidade.

A quase um ano o **AGENTE PENITENCIÁRIO ERALDO BEZERRA** foi conduzido ao posto de Diretor do referido Centro, transformando junto com o coeso trabalho de sua equipe uma situação, até então, caótica.

A instituição voltou a ter crédito no comércio local e da região, como também, a rígida disciplina implantada com ações repressivas ao atos ilícitos dos detentos mais ousados.

Os funcionários e a população de Canhotinho e das cidades circunvizinhas, reconhecem e aplaudem a atuação do Diretor

Recife, 26 de abril de 2007

ERALDO BEZERRA, que devolveu a tranquilidade as famílias agrestinas.

Os Prefeitos da Região que antes reinvidicavam o fim do sistema semi-aberto adotado na Unidade, estão mais aliviados com o reestabelecimento da ordem.

Aprovar esse requerimento é prestar uma homenagem a um homem que valoriza mais sua honra de que sua própria vida.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007

Eduardo Porto Deputado
Sala da Comissão de Administração Pública

Recife, 18 de abril de 2007
DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI PRESIDENTE
MEMBROS TITULARES: DEPUTADO EDUARDO PORTO DEPUTADO ESMERALDO SANTOS
MEMBROS SUPLENTES: DEPUTADA TEREZINHA NUNES
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2007.

Justificativa

Venho, nesta oportunaidade, registrar mais um momento de destaque de Caruaru na área de desenvolvimento econômico: trata-se do anúncio da **implantação** de mais uma unidade da grande rede de **supermercados MAKRO**, sendo a 1ª no interior do Nordeste, a qual tem sua inauguração prevista para o dia 14 de agosto deste ano.

Tal empreendimento gerará cerca de 250 empregos diretos, em uma loja de 7 mil metros edificados, em uma área total de 21 mil metros quadrados. O grupo investira cerca de R\$ 5 milhões em obras físicas. Esta iniciativa vem reforçar a explosão de crescimento e desenvolvimento que vêm sendo vivenciados na Capital do Agreste nos últimos anos, pelos incentivos e investimentos em infra-estrutura levados a efeito pelo Poder Público Municipal.

Outro evento de destaque está ocorrendo em Caruaru desde ontem, dia 24, até o próximo dia 27, que é a **4ª edição da COMTEX - Feira de Componentes Têxteis**, a qual está sendo realizada no Pólo Comercial de Caruaru.

Na 1ª edição, a COMTEX teve a visitação de 4100 pessoas e participação de 40 expositores; nesta edição de 2007, a estimativa de público é de 14 mil visitantes, entre confeccionistas, atacadistas, lojistas, estilistas, criadores e profissionais de moda em geral. Temos cerca de 200 expositores, entre fornecedores de componentes e matérias-primas, máquinas de costura, bordado, corte, equipamentos para lavanderia, tecelagens, malharia, índigo, elastano, estamparia, escolas de moda, instituições e serviços ligados ao setor, entre outros. Há uma perspectiva de negócios na ordem de R\$ 15 milhões e estamos recebendo visitantes da Paraíba, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e, especialmente, daqui do nosso Estado. É um verdadeiro sucesso.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2007

Miriam Lacerda Deputada
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2007.

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, no recinto do Plenarinho II, localizado no 5º andar do Edifício Nilo Coelho, Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco, às onze horas, reuniram-se os deputados Maviael Cavalcanti, Claudiano Martins, Eduardo Porto e Teresa Leitão, sob a presidência do primeiro. Havendo quorum regimental o Senhor Presidente Deputado Maviael Cavalcanti iniciou a reunião fazendo a leitura do Edital de Convocação. Dando seqüência foi realizada a distribuição para relatoria dos seguintes Projetos de Lei: Projeto de lei Ordinária nº 78/2007, de autoria do Poder Executivo, relatora: Deputada Teresa Leitão; Projeto de Lei ordinária nº 79/2007, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Eduardo Porto. Continuando os trabalhos foram discutidos os seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei Ordinária nº 28/2007, de autoria do Deputado Izaías Régis, relator Deputado Claudiano Martins, em sua ausência foi designado o Deputado Eduardo Porto que apresentou parecer favorável, aprovação por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 39/2007, de autoria da Deputada Carla Lapa, relator Deputado Barreto, que se encontrando ausente foi substituído pela Deputada Teresa Leitão que apresentou parecer favorável, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 61/2007, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Claudiano Martins, que opinou favoravelmente, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 74/2007, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Eduardo Porto, que apresentou parecer favorável, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 75/2007, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Esmeraldo Santos, que estando ausente foi substituído pela Deputada Teresa Leitão, que apresentou parecer favorável , aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 76/2007, de autoria do Pode Executivo, relatora Deputada Teresa Leitão, que

opinou favoravelmente, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Ordinária nº 77/2007, de autoria do Poder Executivo, relatora Deputada Terezinha Nunes, que estando ausente foi substituída pelo Deputado Claudiano Martins, que relatou o projeto favoravelmente, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e em seguida deu por encerrada a reunião. E, para que tudo conste em registro, foi lavrada e digitada esta Ata, que será posteriormente aprovada, assinada e publicada.

Sala da Comissão de Administração Pública

Recife, 18 de abril de 2007
DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI PRESIDENTE
MEMBROS TITULARES: DEPUTADO EDUARDO PORTO DEPUTADO ESMERALDO SANTOS
MEMBROS SUPLENTES: DEPUTADA TEREZINHA NUNES
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2007.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 07 DE MARÇO DE 2007.

Aos sete de março de dois mil e sete nas dependências do Plenário II da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco com a presença da Deputada Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania Terezinha Nunes(PSDB), Deputado Vice-Presidente da Comissão Luciano Moura(PCdoB), Deputado Pedro Eurico(PSDB), Deputado Airinho de Sá Carvalho (PSB) membros da comissão, e do Deputado Sílvio Costa Filho teve início a reunião ordinária da Comissão de Defesa da Cidadania, neste momento foram lidas e aprovadas as atas da visita à unidade prisional de Limoeiro e da Audiência Pública para discutir tema relativo a Imputabilidade Penal, as atas foram aprovadas sem alteração na redação final tendo sido ressaltado a necessidade do relatório final detalhado para envio à Câmara Federal dos debates sobre a temática que também está na pauta federal. Neste momento a Deputada Terezinha Nunes deu os informes sobre alguns ofícios dirigidos à comissão de Cidadania e que tratavam de liberação de recursos federais para programas de Apoio às Vítimas de Violência e proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, foi informado sobre processo do Ministério Público em Timbaúba que trata de abuso de autoridade, para este assunto foi indicado pelo Deputado Pedro Eurico à solicitação oficial das perícias e boletins da polícia civil. Quanto aos resultados da visita à unidade prisional de Limoeiro ficou definida a data de 13 de março de 2007 às 8:30 horas no Plenário II desta Assembléia uma reunião extraordinária com participação dos Membros da Comissão e os Secretários de Defesa Social, de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, de Ressocialização, Juízes das Varas de Execuções Penais, Promotoria Pública e o Prefeito do Município para tratar sobre o sistema de semi-liberdade instituído naquela unidade, bem como medidas de controle e prevenção da violência na cidade. Logo em seguida foram distribuídos os projetos que devem ter pareceres da comissão ficando assim os respectivos projetos e relatores:Projeto Desarquivado N°16, relator Deputado Alberto Feitosa Educadores da Cozinha; Projeto Desarquivado N°24, relator do projeto Frota de Ônibus Deputado Airinho de Sá Carvalho; Projeto Desarquivado N°28, relator do projeto das Receitas Médicas digitadas por computador Deputado Pedro Eurico, Deputado Luciano Moura responsável pelo Projeto de lei N° 24 Bancos de Dados. Neste momento o Deputado Sílvio Costa Filho parabeniza a Deputada Terezinha Nunes pela realização da Audiência Pública que tratou da Redução da Maioridade Penal e sugere que sejam incluídas nas discussões da comissão o tema da Segurança Pública, inclusive com convite aos Senadores e Deputados que foram indicados pelo Congresso Nacional para elaboração e participação das construções de políticas para este setor, foi ressaltada a participação do Senador Jarbas Vasconcelos como membro da comissão nacional e enfatizada a importância do convite para estar na assembléia debatendo com os parlamentares. Nada havendo de oposição ficou definido que seria elaborada pauta específica da comissão para acompanhar e discutir os temas relacionados à área de segurança pública. Solicita a palavra o Deputado Airinho de Sá Carvalho para colocar em discussão proposição que tem o objetivo de ampliar o regimento da comissão, incluindo como sendo da sua competência a discussão das políticas voltadas para a Pessoa com Deficiência, informa que entrará com uma emenda ao regimento, havendo total sintonia com os argumentos os Deputados membros da comissão aprovaram a iniciativa do Deputado Airinho de Sá Carvalho. Nada mais havendo na pauta ou solicitado pelos Deputados presentes foi encerrada a reunião.

Recife, 21 de março de 2007
COMISSÃO DE DEFESA DE CIDADANIA
MEMBROS PRESENTES: DEPUTADA TEREZINHA NUNES DEPUTADO LUCIANO MOURA DEPUTADO AIRINHO DE SÁ CARVALHO DEPUTADO PEDRO EURICO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2007.

Aos vinte e oito de março de dois mil e sete nas dependências do Plenário II da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco com as presenças dos Deputados da Comissão de Defesa da

Cidadania Alberto Feitosa (PR), deputada Isabel Cristina (PT), Deputado Alrinho DE Sá Carvalho (PSB), Deputado Edson Vieira(PSDC) membros da comissão, e do Deputado Esmeraldo Santos teve início a reunião ordinária da Comissão de Defesa da Cidadania presidida nesta data pelo Deputado Alberto Feitosa, em virtude da justificada ausência da Deputada Terezinha Nunes, por motivo de viagem, e do Deputado Luciano Moura, por compromissos externos, anteriormente informado à comissão. No primeiro momento foi lida e aprovada a ata de reunião ordinária do dia sete de março. Em seguida o Presidente abriu discussão sobre os projetos de lei que precisavam ser analisados pela comissão, os mesmos deveriam ser distribuídos internamente e designados relatores para posterior análise e parecer definitivo desta comissão. O Projeto de Lei N° 49/2007 que propõe medidas para a promoção da acessibilidade à pessoa com deficiência auditiva no âmbito da Assembléia Legislativa, de autoria do Deputado Airinho de Sá Carvalho ficou sob a responsabilidade para relatoria do Deputado Alberto Feitosa. Neste momento o Deputado autor do projeto expõe os argumentos da importância e relevância da aprovação na medida que cria as condições mínimas para as pessoas com deficiência auditiva participe das sessões realizadas nessa casa legislativa, informa que esta tem sido uma reivindicação antiga dos movimentos das pessoas com deficiência e quando ainda era Vereador no Município do Salgueiro a medida foi adotada no plenário da Câmara de Vereadores, naquela casa passou a contar com a presença de um profissional intérprete dos sinais de Libras, facilitando a comunicação dos vereadores com os deficientes auditivos, ficou claro a relevância do projeto tendo assim o Deputado relator Alberto Feitosa a responsabilidade de trazer o parecer para à comissão. Em seguida foi lido o Projeto de Lei desarquivado N° 22/2007 de autoria do Deputado Augusto Coutinho, que cria o Selo de Responsabilidade Social para instituições que defendam os interesses ambientais, o Deputado Presidente da sessão, Alberto Feitosa, informa que o projeto já tem parecer da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, N° 16, ficando sob a responsabilidade da Deputada Isabel Cristina a relatoria do referido Projeto de Lei.O Presidente informa que foi retirado, através de requerimento N°188 do Deputado Augusto Coutinho, de tramitação o Projeto de Lei N°16/2007 que cria o dia dos educadores da cozinha, saindo portanto da tramitação, também, desta comissão.O terceiro ponto de pauta, aprovação de calendário anual da comissão de defesa da cidadania, foi colocado em discussão. O Deputado Alberto Feitosa após distribuição e leitura da proposta faz algumas considerações e ponderações que foram imediatamente acordadas pelos presentes: primeiro que esta era uma proposta de organização dos temas que precisam ser discutidos pelos Deputados da Comissão de Cidadania e por aqueles que têm compromisso com a temática; segundo que as discussões sejam bastante flexibilizadas para permitir um acompanhamento da dinâmica da sociedade, em especial relativo à cidadania visto que tem sempre novas demandas da população e terceiro que permita a ampla participação da sociedade.O Deputado Presidente abre para discussão e posicionamento dos deputados presentes onde todos aprovam a instituição do calendário com as observações já postas, Nesta etapa a Deputada Isabel Cristina sugere a inclusão de uma Audiência Pública no mês de novembro dedicada à discussão sobre Consciência Negra, a proposta foi incorporada ao calendário ficando pré agendada para o dia vinte e um de novembro de dois mil e sete; também ficou modificada a data da Audiência Pública sobre a questão da Acessibilidade da Pessoa com Deficiência, sendo sugerida pelo Deputado Airinho de Sá Carvalho sua realização no período da Semana da Pessoa com Deficiência que deverá ser realizada em agosto de dois mil e sete, sugere, ainda que esta sessão tenha uma parceria com a Superintendência da Pessoa com Deficiência e que a data esteja incorporada ao calendário dos eventos da semana, sugestão contou com o apoio e aprovação da comissão. A terceira sugestão que altera o calendário foi do Deputado Alberto Feitosa, o mesmo sugere que seja realizada reunião conjunta das comissões de Cidadania e Justiça para conhecimento da proposta do Governo sobre a Segurança Pública – Pacto pela Vida, informa que os Deputados ainda não tiveram a oportunidade de discutirem o pacto e propõe convidar o Assessor Especial do Governador para assuntos da Segurança, José Luis Raton, com aprovação dos Deputados presentes fica suspensa a reunião ordinária do dia quatro de abril de dois mil e sete sendo antecipada para dia três de abril de dois mil e sete com tema já aprovado.O Deputado Alberto Feitosa fez contato com presidência da comissão de Justiça tendo sido acordado a realização da reunião temática sobre o Pacto pela Vida para a data definida anteriormente, devendo ser amplamente divulgada para todos os deputados da casa e será realizada no auditório do sexto andar do anexo u desta Assembléia Legislativa.Nada mais havendo para colocar em discussão o Deputado Alberto Feitosa coloca para aprovação definitiva o calendário anual sendo positiva a posição dos presentes. Por fim o presidente da sessão solicita que seja colocado em ata o calendário. O deputado agradece a participação do Deputado Esmeraldo Santos convidando-o a estar sempre que possível presente nas reuniões desta comissão, agradece a participação dos demais colegas Deputados, dando por encerrada esta reunião ordinária.

Aos 03 (três) dias do mês de abril de 2007 (dois mil e sete), às 10h (dez horas), na sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico, reuniram-se extraordinariamente o presidente do colegiado, deputado Romário Dias, os membros titulares Lourival Simões e Sílvio Costa Filho e ainda os suplentes Isabel Cristina e Luciano Moura. A reunião foi realizada com o objetivo de tratar da seguinte pauta: distribuir os projetos de lei desarquivados nº 26, 27 e 28, todos de autoria do deputado Isaías Régis, e já discutir as proposições de nº 27 e 28. Sendo assim, o presidente da Comissão distribuiu o projeto de nº 26 para o deputado Sílvio Costa Filho, o 27 para Lourival Simões e avocou para si a relatoria do parecer ao projeto de nº 28. O deputado Lourival Simões recomendou a aprovação do projeto de lei desarquivado nº 27. A matéria dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para revenda ficam obrigados a manter cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras e dá outras providências. Baseado no argumento de que a proposição não visa inibir o comércio dos materiais em questão, não havendo, portanto, prejuízo aos estabelecimentos comerciais ou ao desenvolvimento econômico do Estado, o parlamentar opinou pela aprovação do projeto de autoria do deputado Isaías Régis. Os membros presentes acompanharam o voto do relator. O projeto de lei desarquivado nº 28 foi relatado pelo deputado Romário Dias. A proposição trata de informações prestadas em consultas a bancos de dados sobre relações de consumo a cadastros de consumo, a serviços de proteção ao crédito ou a outros congêneres e dá outras providências. Segundo o relator, “se, por um lado, a proposição protege o cidadão; que pode vir a ser lesado devido à incorreção de dados a seu respeito; por outro, oferece segurança àquele que pretende conceder o crédito, que passa a dispor de informações precisas sobre o consumidor, estimulando as relações comerciais e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do Estado”. Baseado nessas considerações e na análise realizada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que havia proposto emendas aditiva e modificativa, o deputado opinou pela aprovação do projeto, conforme parecer dado pela primeira comissão. Sem mais a tratar, o presidente deu a reunião por encerrada, convocando outra para o dia 12 de abril. Do que, para constar, eu, Christianne Alcântara de Brito, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Aos 03 (três) dias do mês de abril de 2007 (dois mil e sete), às 10h (dez horas), na sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico, reuniram-se extraordinariamente o presidente do colegiado, deputado Romário Dias, os membros titulares Lourival Simões e Sílvio Costa Filho e ainda os suplentes Isabel Cristina e Luciano Moura. A reunião foi realizada com o objetivo de tratar da seguinte pauta: distribuir os projetos de lei desarquivados nº 26, 27 e 28, todos de autoria do deputado Isaías Régis, e já discutir as proposições de nº 27 e 28. Sendo assim, o presidente da Comissão distribuiu o projeto de nº 26 para o deputado Sílvio Costa Filho, o 27 para Lourival Simões e avocou para si a relatoria do parecer ao projeto de nº 28. O deputado Lourival Simões recomendou a aprovação do projeto de lei desarquivado nº 27. A matéria dispõe que os estabelecimentos comerciais que compram materiais de metal usados para revenda ficam obrigados a manter cadastro com dados pessoais e endereço completo das pessoas físicas ou jurídicas das quais foram efetuadas as compras e dá outras providências. Baseado no argumento de que a proposição não visa inibir o comércio dos materiais em questão, não havendo, portanto, prejuízo aos estabelecimentos comerciais ou ao desenvolvimento econômico do Estado, o parlamentar opinou pela aprovação do projeto de autoria do deputado Isaías Régis. Os membros presentes acompanharam o voto do relator. O projeto de lei desarquivado nº 28 foi relatado pelo deputado Romário Dias. A proposição trata de informações prestadas em consultas a bancos de dados sobre relações de consumo a cadastros de consumo, a serviços de proteção ao crédito ou a outros congêneres e dá outras providências. Segundo o relator, “se, por um lado, a proposição protege o cidadão; que pode vir a ser lesado devido à incorreção de dados a seu respeito; por outro, oferece segurança àquele que pretende conceder o crédito, que passa a dispor de informações precisas sobre o consumidor, estimulando as relações comerciais e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico do Estado”. Baseado nessas considerações e na análise realizada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, que havia proposto emendas aditiva e modificativa, o deputado opinou pela aprovação do projeto, conforme parecer dado pela primeira comissão. Sem mais a tratar, o presidente deu a reunião por encerrada, convocando outra para o dia 12 de abril. Do que, para constar, eu, Christianne Alcântara de Brito, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Romário Dias Presidente
MEMBROS TITULARES: Deputado Edson Vieira Deputado Sílvio Costa Filho Deputado Lourival Simões
MEMBROS SUPLENTE: Deputada Isabel Cristina
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2007

MEMBROS TITULARES
Deputado Romário Dias
Deputado Edson Vieira
Deputado Sílvio Costa Filho
Deputado Lourival Simões

Membro Suplente Deputada Isabel Cristina
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2007

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2007

Aos 12 (doze) dias do mês de abril de 2007 (dois mil e sete), às 10h (dez horas), na Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico, reuniram-se os deputados Romário Dias, presidente do Colegiado, e Edson Vieira, e a deputada Isabel Cristina. Na pauta, a distribuição do Projeto de Lei Desarquivado nº 48, de autoria do deputado Claudiano Martins, que dispõe sobre o processo de produção do queijo artesanal e dá outras providências, e o Projeto de Lei nº 75, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 12.309, de 19 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Rodoviário, Ferroviário e Aquaviário de Pernambuco – FURPE, e dá outras providências. O projeto nº 48 foi distribuído para a deputada Isabel Cristina, enquanto o projeto nº 75 foi distribuído para o deputado Edson Vieira. Em seguida, o presidente passou à discussão do Projeto de Lei nº 43, cujo relator foi o deputado Edson Vieira. O relator apresentou parecer favorável, ressaltando a importância do referido projeto. Entretanto, a deputada Isabel Cristina sugeriu uma alteração no artigo 1º da proposição, explicando que a redação dava margem à dúvida quanto ao direito concedido ao aposentado. Com o objetivo de garantir o amplo acesso dos aposentados ao benefício e de aperfeiçoar o texto da lei, a deputada sugeriu uma emenda modificativa que foi incorporada ao parecer do relator. O parecer foi aprovado com a modificação sugerida. Sem mais a tratar, o presidente convocou reunião ordinária da Comissão de Desenvolvimento Econômico no próximo dia 19 de abril do corrente ano, às 10h (dez horas). Do que, para constar, Eu, Christianne Alcântara de Brito, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Romário Dias Presidente
MEMBROS TITULARES: Deputado Edson Vieira
MEMBROS SUPLENTES: Deputada Isabel Cristina Deputado Bringel
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2007.

MEMBROS TITULARES:
Deputado Edson Vieira

MEMBROS SUPLENTES:
Deputada Isabel Cristina
Deputado Bringel

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2007.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de abril de 2007 (dois mil e sete), às 10h (dez horas), na Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico, reuniram-se o presidente do colegiado, deputado Romário Dias, os membros titulares Edson Vieira, Sílvio Costa Filho e Lourival Simões, além dos suplentes, deputados Carlos Santana e Bringel. A reunião foi realizada com o objetivo de tratar da seguinte

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2007.

11

pauta: discutir o Projeto de Lei nº 75, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 12.309, de 19 de dezembro de 2002, que institui o Fundo Rodoviário, Ferroviário e Aquaviário de Pernambuco – FURPE e dá outras providências. Sob a relatoria do deputado Edson Vieira, o projeto foi aprovado. O presidente do colegiado discutiu ainda as possibilidades de visitar o Pólo de Confeções em Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru, região que tem colaborado para o desenvolvimento econômico, gerando emprego e renda à população, iniciativa proposta pelo deputado Edson Vieira. Abordou a necessidade de visitar o Pólo Gesseiro, no Araripe, com o objetivo de discutir a situação da Região e dos empreendimentos, questão que já havia sido proposta pelos deputados Raimundo Pimentel e Bringel, este último membro suplente da Comissão. Não havendo mais nada a tratar, o presidente do Colegiado deu a reunião por encerrada, convocando outra para o dia 26 de abril. Do que, para constar, eu, Christianne Alcântara de Brito, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Deputado Romário Dias
Presidente
Membros Titulares
Deputado Edson Vieira
Deputado Silvio Costa Filho
Deputado Lourival Simões
Membros Suplentes
Deputado Isabel Cristina
Deputado Romário Dias
Presidente
Membros Titulares
Deputado Edson Vieira
Deputado Silvio Costa Filho
Deputado Lourival Simões
Membros Suplentes
Deputado Isabel Cristina

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REALIZADA NO DIA 22 DE MARÇO DE 2007.

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de março de 2007 (dois mil e sete), às 10h (dez horas), no Plenarinho III, reuniram-se o presidente do colegiado, deputado Romário Dias, os membros titulares Edson Vieira, Silvio Costa Filho e André Campos, além dos suplentes Isabel Cristina, Carlos Santana e Geraldo Coelho. A reunião foi realizada com o objetivo de tratar da seguinte pauta: distribuir os Projetos de Lei nº 43, de autoria da deputada Teresa Leitão, que altera a redação dos artigos 1º e 3º da Lei nº 12.258, de 22 de agosto de 2002; e nº 46, de autoria do Governador do Estado, que altera as leis nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, e nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, no tocante à prestação de informação por administradoras de cartão de crédito, de débito ou similares. O primeiro foi destinado ao deputado Edson Vieira e o segundo ficou sob a relatoria do deputado Geraldo Coelho. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão, Romário Dias, anunciou o início da audiência pública que estava programada com o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado, Fernando Bezerra Coelho, sobre o tema “O desenvolvimento de Pernambuco e as perspectivas do Estado com o novo estaleiro”. O secretário traçou um panorama sobre o que o novo estaleiro poderá proporcionar em relação ao crescimento de Pernambuco, do ponto de vista econômico e social, ressaltou a importância do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal para o projeto do estaleiro especificamente e identificou também as expectativas quanto à geração de emprego e renda no Estado, fazendo uma estimativa quanto aos empregos diretos e indiretos que serão criados. Quanto ao PAC, o secretário observou ainda que os números são expressivos. O PAC prevê investimento de R\$ 503 bilhões. Para Pernambuco, serão destinados mais de R\$ 20 bilhões. De acordo com o secretário, Pernambuco é o estado mais bem contemplado no Nordeste. Fernando Bezerra Coelho destacou que o estaleiro é uma iniciativa de grande porte e que as perspectivas para o desenvolvimento do Estado são enormes até porque serão realizados vários investimentos em diversos setores como o agronegócio e a indústria têxtil, para citar alguns. O secretário finalizou sua exposição e o presidente da Comissão iniciou o debate com os membros do colegiado, que realizaram diversas perguntas quanto à atuação da Secretaria e dos investimentos que serão realizados. Sem mais a tratar, o presidente agradeceu a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico e seus esclarecimentos sobre as perspectivas de crescimento de Pernambuco, dando a reunião por encerrada e convocando outra para o dia 29 de março. Do que, para constar, eu, Christianne Alcântara de Brito, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Membros Titulares
Deputado Romário Dias
Deputado Edson Vieira
Deputado Silvio Costa Filho
Deputado Lourival Simões
Membros Suplente
Deputado Geraldo Coelho

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2007.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março de 2007 (dois mil e sete), às 10h (dez horas), na Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico, reuniram-se o presidente do colegiado, deputado Romário Dias, os membros titulares Edson Vieira, Silvio Costa Filho e Lourival Simões, além do suplente Geraldo Coelho. A reunião foi realizada com o objetivo de tratar da seguinte pauta: distribuir o Projeto de Lei nº 24, de autoria do deputado Isaías Régis, que institui a obrigatoriedade de 15% da frota de ônibus intermunicipais ter adaptações para o atendimento dos portadores de deficiência. Entretanto, o projeto foi retirado da

Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo

pauta da Comissão de Desenvolvimento Econômico, por solicitação da Assistência Legislativa. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente da Comissão, Deputado Romário Dias, anunciou que o Projeto de Lei nº 31, de autoria do deputado Manoel Ferreira, que estava sendo analisado pelo relator Edson Vieira na Comissão de Desenvolvimento Econômico, havia sido considerado inconstitucional pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, prejudicando assim sua tramitação nas demais comissões. O Projeto de Lei nº 46/2007, oriundo do Poder Executivo, já havia recebido parecer do seu relator, deputado Geraldo Coelho, sendo votado em Plenário. Não havendo mais nada a tratar, o presidente do Colegiado deu a reunião por encerrada, convocando outra para o dia 03 de abril, em caráter extraordinário. Do que, para constar, eu, Christianne Alcântara de Brito, lavrei a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas.

Membros Titulares
Deputado Romário Dias
Deputado Edson Vieira
Deputado Silvio Costa Filho
Deputado Lourival Simões
Membros Suplente
Deputada Isabel Cristina
Membros Titulares
Deputado Romário Dias
Deputado Edson Vieira
Deputado Silvio Costa Filho
Deputado Lourival Simões
Membros Suplente
Deputada Isabel Cristina

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2007.

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2007, no recinto do Plenarinho II, 5º andar, anexo I, desta Assembléia Legislativa, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, nos termos regimentais e em obediência à convocação por Edital da Deputada Elina Carneiro (PSB), presidente desta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, reuniram-se as Deputadas: Deputada Elina Carneiro (PSB), a Deputada Ceça Ribeiro (PSB), e a Deputada Terezinha Nunes (PSDB), todas membros desta comissão. A Deputada Elina Carneiro (PSB) deu por iniciada a reunião seguindo o Edital de convocação, com a discussão sobre a realização da Audiência Pública convocada para o dia 30 de março de 2007, para discutir Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A seguir, a Deputada Elina Carneiro, enfocou a presença da Deputada Federal Ana Arraes (PSB) e das delegadas das Delegacias da Mulher do Estado de Pernambuco. A Deputada Ceça Ribeiro (PSB) solicitou que fosse elaborado um cronograma de trabalho. A Presidente da comissão, a Deputada Elina Carneiro (PSB), confirmou que já existe um cronograma inclusive o mesmo foi divulgado entre todos deputados que fazem parte desta comissão, sendo a próxima Audiência sobre “Emprego e Renda”, com data a ser discutida. A Deputada Ceça Ribeiro (PSB) sugeriu que houvesse maior divulgação da Lei Maria da Penha, e que chamasse as mulheres de Pernambuco para discutir a respeito da Lei Maria da Penha, pois acha que a Lei é pouco divulgada. A Deputada Terezinha Nunes (PSDB) disse que seria bom indicar algum pesquisador que pudesse mostrar a violência contra a mulher na família. Enfatizou a violência que acontece dentro da própria casa da mulher. A Deputada Elina Carneiro (PSB) disse ainda, que gostaria que fosse um debate amplo e comentou a respeito da Polícia, que deveria ser mais eficaz em relação à violência. A Senhora Presidente Deputada Elina Carneiro (PSB), deu por encerrada a presente reunião, determinando que a Auxiliar Técnica desta comissão lavrasse a presente Ata, para fins legais e de publicação. Eu Renata Camille Alves Nery Rodrigues, Auxiliar Técnica da 13º Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, digitei a respectiva Ata da Reunião, como determina o Regimento Interno, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ELINA CARNEIRO
Deputada Estadual
Presidente da Comissão de Defesa dos Direito da Mulher
Titulares:
DEPUTADA MIRIAM LACERDA
Suplentes:
DEPUTADA CEÇA RIBEIRO
DEPUTADA TEREZINHA NUNES
Titulares:
DEPUTADA MIRIAM LACERDA
Suplentes:
DEPUTADA CEÇA RIBEIRO
DEPUTADA TEREZINHA NUNES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 2007.

Aos trinta dias do mês de março de 2007, às nove horas, no recinto do Plenário, desta Assembléia Legislativa de Pernambuco, foi realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Audiência Pública para discutir as Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Estavam presentes as Deputadas: Deputada Elina Carneiro (PSB), Presidente desta comissão, Deputada Miriam Lacerda (PFL), Vice-Presidente desta comissão, Deputada Ceça Ribeiro (PSB) e Deputada Terezinha Nunes (PSDB), ambas suplentes desta comissão. A audiência foi presidida pela Deputada Elina Carneiro (PSB) que deu boas vindas às pessoas presentes e logo após referiu-se à Lei Maria da Penha sancionada pelo Presidente Lula, em 07 de Agosto de 2006, a qual, objetiva prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. A Deputada Elina Carneiro (PSB) passou a palavra à Delegada Verônica Azevedo, Gestora da Unidade de Polícia da Mulher, que fez uma apresentação das ações da Secretaria de Defesa Social voltadas para o combate à Violência contar a Mulher. Em seguida a Deputada Elina Carneiro (PSB) passou a palavra à Secretária-Adjunta da Secretaria especial da Mulher do Governo do estado de Pernambuco, Dra. Lucidalva Nascimento, que fez referência à necessidade de compreensão das diferenças entre gênero e sexo.

Segundo a Secretária-Adjunta, a Sociedade define o que é feminino e masculino, com base no sexo, a diferença de sexo determina a relação do poder, e com base no sexo, um se posiciona como opressor do outro. Gênero é um conceito construído que vai sendo modificado conforme as mudanças da sociedade. Prosseguiu fazendo referência ao art, 226 da Constituição Federal de 1988, que trata da obrigatoriedade da proteção à família pelo Estado. Apresentou as ações da Secretaria: Campanha contra a Violência contra a Mulher no carnaval, Oito de Março – Dia Internacional da Mulher, Nenhuma Pernambucana sem Documentos, Segunda Conferência de Políticas para as Mulheres. Prosseguida a Audiência foi facultada a palavra à Dra Cristina Sakaki, Defensora Pública do Estado de Pernambuco, que contextualizou a realidade vivenciada com ações de trabalho da Defensoria Pública. Ressaltando que a Defensoria é uma instituição que está para defender os direitos humanos. A Deputada elina Carneiro (PSB) facultou à palavra às demais representantes das instituições presentes, as quais, fizeram os pronunciamentos que seguem: Ana Bosch, Fórum de Mulheres de Pernambuco, ressaltou a importância da existência da comissão acerca das proposições de políticas públicas e mecanismos de defesa dos direitos das mulheres, com destaque para o funcionamento do Juizado Criminal da Violência contra a Mulher, aprovação de orçamentos para implementação da Lei Maria da Penha e necessidade de diálogo com a Secretaria da Mulher e com o Governo do Estado; Edna Matias (PRONA/PE), Vereadora de Jaboatão dos Guararapes, ressalta a importância da defesa dos direitos das mulheres, das políticas públicas e do compromisso do legislativo em defesa de tais direitos; Deputada Ceça Ribeiro (PSB), disse ter ouvido atentamente todas as falas percebendo que foram contrapostos os poderes da força física e o do conhecimento. Lembrou a necessidade de sair dos espaços de poder para atingir as mulheres e, propôs, uma reunião com a bancada feminina para formação de uma caravana para dialogar com as mulheres da periferia. Conclamou as instituições a pressionarem os Deputados para que as propostas de interesse das mulheres sejam aprovadas. Lembrou que é preciso uma articulação com a Secretaria da Mulher e a necessidade de funcionamento da comissão, e de pressão, por parte desta, para funcionamento do Juizado Criminal; Deputada Terezinha Nunes (PSDB), ressaltou a necessidade da realização de uma campanha pela Secretaria da Mulher, para combater o machismo em Pernambuco. Sugeriu a elaboração de um estudo para identificar as causas do machismo; Deputada Miriam Lacerda (DEM), falou que de cem mulheres, vinte são torturadas diariamente, segundo a Anistia Internacional. E segundo o Banco Mundial vinte por cento das mulheres sofrem violência física, sexual e psicológica. Ressaltou que muitas mulheres ainda não conhecem a Lei Maria da Penha, e que as mulheres do interior, vítimas de violência, não têm acesso a direitos. Finalizando seu discurso lembrando que, nesta Assembléia Legislativa de Pernambuco existem sete guerreiras para defender os direitos das mulheres; Dra. Wilka Pinto, Juíza de Direito, representante do Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Fausto Freitas, falou que a implantação da Lei Maria da Penha trouxe mudanças para o/a aplicador/a da lei, pois ele/ela ficava restrito ficava restrito/a a condenar o Réu ao pagamento de cestas básicas; Vereadora Laura Gomes (PSB), representou a Deputada Federal Ana Arraes, a qual, estava acompanhando o Presidente Lula em outra atividade no Estado de Pernambuco. Salientou que apesar da Ausência da Maria da Penha, era uma alegria está naquele espaço. Iniciou um processo de difusão da Lei Maria da Penha, em Caruaru, onde é Vereadora, com o uso do Teatro de Mamulengos; Maria da Conceição Pimentel, Conselheira Tutelar do 1º Distrito/ Prazeres – Jaboatão dos Guararapes, disse estar surpresa por não haver a presença de tantas ONG’S para denunciar a Violência contra a Mulher; Adriana Duarte, Coordenadora do Programa de Prevenção e Combate da Violência Doméstica e Sexual, conceituou a violência contra a mulher e suas razões, informou que o SOS Corpo tem pesquisas, mas essas não são acessadas. A Lei Maria da Penha desconstróe o mito de não criminalização da Violência contra a Mulher por parte dos aparelhos estatais com destaque para o judiciário, que sempre propõe uma ação de diálogo com o agressor; Dra. Lucimeire Passos, Núcleo de Direitos Humanos e OAB/ Secção Caruaru, disse que não iria se deter aos aspectos filosóficos e sociológicos da violência contra a mulher, mas que por uma questão de solidariedade quer fazer uma reflexão sobre quem educa os homens e quem tem obrigação de educa-los diferente; A Dra. Verônica Azevedo pediu um aparte à Presidente da mesa Deputada Elina Carneiro (PSB) que o concedeu. A delegada tentou explicar às pessoas presentes as razões da apresentação da Secretaria de Defesa Social sobre a Violência contra a Mulher, as quais foram criticadas por várias representações na audiência, em virtude da sugestão de mediar o conflito entre o agressor e vítima; Maria do Carmo e Presidente da ONG Gênesis, ressaltou a ausência de Políticas Públicas para as mulheres, sobretudo, para as mulheres trabalhadoras que não dispõem de creches para acolher seus filhos. Lembrou que Recife tem 06 RPAs e que nenhuma líder comunitária foi convidada para audiência, referindo-se ainda à condição de abandono com que são tratadas as mulheres esposas e parentes de presos, em dias de visitas às Unidades Prisionárias de Pernambuco; Carina Catanho, Diretora da Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros de Pernambuco, falou que a violência contra a mulher, não é apenas um reflexo histórico da constituição da sociedade patriarcal. Propôs que fossem realizadas mais audiências públicas para discutir a condição feminina, a ampliação, estabelecimento de Políticas preventivas à Violência contra a mulher, e um diálogo entre Secretaria da Mulher, Legislativo e Sociedade Civil; Em virtude da chegada da Dra. Cristina Buarque, Secretária da Secretaria Especial da Mulher do Governo de Pernambuco, a Presidente da Mesa Deputada Elina Carneiro (PSB), passou a palavra à Secretária, que saudou as autoridades na pessoa da Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Deputada Elina Carneiro, dizendo que a Violência contra a Mulher sempre foi permissiva, houve um tempo em que era direito. A Lei Maria da penha é a primeira lei não machista, não racista e não patrimonialista, que leva o nome de uma mulher que saiu da condição de vítima para a condição de

Recife, 26 de abril de 2007

defensora dos direitos das mulheres. Falou ainda que Pernambuco vive um momento de grande possibilidade de trabalho conjunto com o governo disposto a tal feito. Faz referência ao Plano de Ação da Secretaria Especial da Mulher do Governo do estado de Pernambuco, acentuando que não irá se deter ao assunto, por já se sentir contemplada pela fala da Secretária-Adjunta Dra Lucidalva Nascimento. A Deputada Elina Carneiro encerrou a audiência agradecendo às pessoas presentes e informando, o tema da próxima audiência será Emprego e Renda. Eu, Ciani Sueli das Neves, Técnica Auxiliar da Comissão, lavrei e assino esta ata em trinta de março de 2007, sem rasuras, nem ressalvas.

ELINA CARNEIRO
Deputada Estadual
Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
Titulares
Deputada Miriam Lacerda
Suplentes
Deputada Ceça Ribeiro
Deputada Terezinha Nunes

Portarias

PORTARIA Nº 270/07

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 392610/07, do Deputado Isaltino Nascimento,
RESOLVE: alterar a gratificação de Representação de 100% (cem por cento) para 57,8% (cinquenta e sete vírgula oito por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, do servidor **ANDRÉ DINIZ DA SILVA**, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 25 de abril de 2007.
Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 271/07

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Ofício nº 458711/07, do Deputado Eriberto Medeiros,
RESOLVE: alterar a gratificação de Representação de 98,58% (noventa e oito vírgula cinquenta e oito por cento) para 98,03% (noventa e oito vírgula três por cento), no cargo em comissão de Assessor Especial, Símbolo PL-ASC, da servidora **JANETE DE LIMA**, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco
Em, 25 de abril de 2007.
Deputado JOÃO FERNANDO COUTINHO
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 104/07

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 365495/2007 e laudo da Junta Médica e de Aposentadoria da ALEPE,
RESOLVE: Conceder ao servidor **SEVERINO SILVESTRE DE MOURA**, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, prorrogação da licença para tratamento de saúde, por mais 30 (trinta) dias, a partir de 12 de abril de 2007, nos termos do Art.109, inciso II da Lei nº 6.123/68.

Sala Austro Costa, 25 de abril de 2007
PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA
Superintendente Geral

PORTARIA Nº 105/07

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições,
RESOLVE: lotar no Gabinete da Presidência, o servidor **ANTÔNIO MARIANO DE BRITO**, matrícula nº 457-0, ora a disposição deste Poder, retroagindo seus efeitos a 09 de março do corrente ano.

Sala Austro Costa, 25 de abril de 2007.
PAULO CESAR MENEZES TEIXEIRA
Superintendente Geral